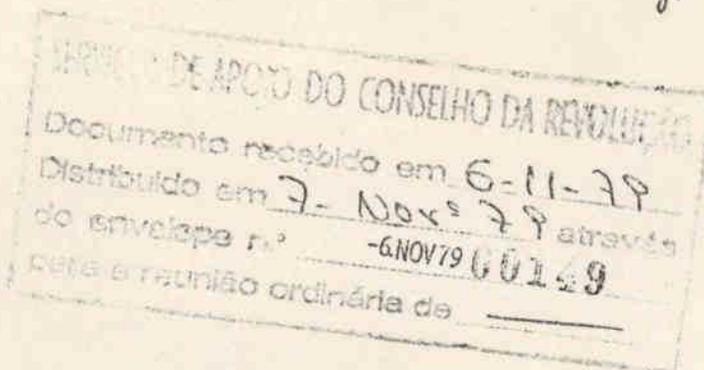


*Leite*

Jornais de 25 OUT.  
a 6 NOVEMBRO 1979

## IMPrensa NACIONAL

Este período foi abundante em reuniões, comícios e declarações de responsáveis políticos, todas claramente implicadas na próxima batalha eleitoral, pelo que, ao invés de se fazer a sua leitura como uma cronologia de factos, todo o material será aqui arrumado em ordem aos temas de campanha, que suscita ou de que foi pretexto. A importância relativa destes temas é discutível, e a ordem por que seguem poderia ser outra, embora haja a preocupação de situar entre os três ou quatro primeiros os de repercussão mais recente.

1. O VOTO ÚTIL E A QUESTÃO DAS ALIANÇAS - Este debate, que em eleições anteriores parecia uma questão da esquerda, alargou-se a todo o leque partidário; há até uma questão do voto útil entre a AD e os independentes PDC.
2. QUE DILUVIO DE MUDANÇAS NO DIA 3? - A apresentação do programa de governo da AD foi recebida à esquerda como uma espécie de declaração de guerra e é comentado como uma fonte inevitável de conflitos graves; discussão de pormenor de algumas das alterações previstas, em caso de vitória AD.
3. A QUESTÃO DE QUEM "ESTÁ CONNOSCO" - Mário Soares suscita o tema do "castelhanismo" da AD, dias antes de receber a Internacional Socialista em Lisboa; o CDU oeste-alemão visita, por sua vez, o CDS. A questão da credibilidade e das ligações internacionais aparece também a propósito do seminário sobre a Nova Ordem e da Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe.
4. TEMAS DE INCIDÊNCIA RELIGIOSA - Continuam a surgir declarações de bispos sobre o próximo voto. Com diferenças de forma, tanto o PS como o PCP fazem esforços concretos para cativar o voto católico. A questão do aborto.
5. PROGNÓSTICOS E SONDAGENS - Uma sondagem encomendada por três jornais portugueses para ser publicada em Espanha deu origem a um processo contra o "Tempo", que foi mais longe nas suas referências.
6. OUTROS TEMAS - Questões de influência partidária na UGT, de imparcialidade nos meios de Com.Social, temas militares e outros.



análise de imprensa

1. O VOTO ÚTIL E A QUESTÃO DAS ALIANÇAS

Vale a pena fazer o ponto da situação deste tema do voto útil, ao longo de todo o leque partidário concorrente :

UDP : "Não há voto útil". A afirmação é do Major Tomé, que disse à "Voz do Povo" de 26OUT. que "votar PS ou votar PC não é uma forma de barrar o caminho à Aliança, não é uma maneira de transformar a situação política imposta pelo 25 de Novembro." Para si, mesmo o PCP "tem conciliado totalmente com o General Eanes depois do 25 de Novembro", elementos como Kalidás Barreto "têm colaborado com o reformismo da Intersindical", e o próprio Lopes Cardoso "colaborou activamente no 25 de Novembro".

PCP : O voto "seguro e certo" é na APU. Estes termos, agora frequentes nos discursos dos dirigentes do PCP, repetem uma mesma ideia, que é a de uma demarcação quanto ao PS, este considerado um voto "com uma margem de aleatório" ( Vital Moreira ao "Jornal" de 31OUT.). Como exemplo concreto, "O Diário" de 30OUT. põe no seu título principal - "POVO DE MONCORVO VOTOU PS E SAÍU-LHES UM MIRN". Falando na Covilhã, Álvaro Cunhal designou o voto PS "um voto no desconhecido" e o voto UDP "politicamente errado e eleitoralmente perdido".

MDP/CDE e UEDS - Breve referência ao facto de uma figura do MDP/CDE aparecer a declarar publicamente o seu apoio à candidatura UEDS, que lhe parece consubstanciar melhor a "unidade de esquerda" ( Caldeira Rodrigues no "Jornal" de 31OUT.).

PS : O voto útil por excelência, contra a bipolarização. Os dirigentes do Partido Socialista estão a conduzir este debate no sentido de que é o seu o único e verdadeiro voto útil, acossado dos dois lados por extremismos que se beneficiam mutuamente, à custa do projecto tolerante, de apaziguamento e de democracia, que será o do PS. Miranda Calha, no "Tempo" de 25OUT., e Luís Silveira, no "Portugal Hoje" de 5NOV., chegam a criticar a AD por se apresentar em sítios onde vai "desperdiçar" votos, "sabendo-se de antemão que tais candidaturas apenas favorecem administrações do PC". Por seu turno, Raul Rego na "Acção Socialista" de 1NOV. e Mário Soares ao "Com.Porto" de 4NOV. atacam o mesmo tema do outro lado, censurando o Partido Comunista por concorrer objectivamente para "fazer eleger mais deputados de direita".

A questão das alianças é abordada, mas não respondida claramente, em entrevistas de António Reis ao "Tempo" ( 25 e 31 OUT.) e de Jaime Gama ao "Jornal" ( 31OUT.) ; o primeiro admite uma série de hipóteses, incluindo um acordo simultâneo com o PCP e a AD ou com o PCP e outro partido à direita do PS, ou ainda "esse sarilho de ter de aguentar um novo Governo de componente presidencial acentuada, para impedir que se desencadeasse uma dinâmica em que o PS corresse o risco de ficar prisioneiro das condições que o PCP lhe viesse a impor." (31OUT.)



análise de imprensa

*Amal*

Seria abusivo falar já de um "voto útil" PS aconselhado pela ASDI, na medida em que os seus dirigentes não o formalizaram, mas digamos que aponta nesse sentido a presença e teor das declarações de Magalhães Mota no comício do Pavilhão dos Desportos. Por seu turno, esse "voto útil" é contestado, no "Povo Livre" de 31OUT., como já não merecido pela recordação da "posição patriótica do PS" em 1975 ( que é o argumento de Magalhães Mota ) : o PS é considerado "o partido da coligação disfarçada com o PC".

Direita - Há uma querela sobre o "voto útil" entre os independentes de direita pelo PDC e a Aliança Democrática. Frustrada uma tentativa de aproximação, ao que parece por intransigência d. CDS, Manuel Maria Múrias redige em "A Rua" de 25OUT. uma espécie de declaração de guerra, em que se propõe "começar a redução do CDS à sua dimensão de coisa nenhuma, fazendo-o saltar da carruagem direitista e democrata-cristã onde sem pagar bilhete se instalou nas suas viagens para o poder." É um voto que aceita assumir-se como "inútil", a ajuizar pela primeira frase do texto de 1ª pág. da "Rua" dessa data : "Sejam quais forem os resultados .../... a Direita Independente irá concorrer .../..."

O manifesto do PDC diz, no entanto, que os seus votos "não dividem a Direita ; vão, sim, proceder à sua verdadeira mobilização em ordem aos mais altos interesses do País." Num diálogo com José Miguel Júdice, no "Diabo" de 30 OUT., Manuel Maria Múrias responde de frente à questão do voto útil : "... se vamos tirar votos à AD, a culpa não é nossa, pois se nós tivéssemos participado nas listas da AD ( e não é o meu caso, pois nunca pensei em participar nas listas da AD ), as pessoas continuariam a votar em nós. É um risco que se corre, efectivamente, de tirar alguns deputados à AD. Mas, por outro lado, tenho a impressão de que se ganha muito mais se conseguirmos meter na Assembleia da República deputados da Democracia-Cristã e evitar, principalmente, que as pessoas se abstenham."

## 2. QUE DILUVIO DE MUDANÇAS NO DIA 3 ?

Um "programa medonho" ( "Diário" de 26OUT. ), um programa "para a destruição de Abril" ( "Avante !" de 31OUT. ) ; "subversão da ordem constitucional" e "clima de violência no País" ( Acácio Barreiros ao "Portugal Hoje" de 31OUT. ) ; "conflitos sociais graves", e inevitável "reação popular" ( Vital Moreira ao "Jornal" de 31OUT. ) ; "... muito pouco do 25 de Abril ficará de pé" ( Mário Soares ao "Com.Porto" de 4NOV. ).

Foi com estas expressões que a esquerda recebeu a divulgação do programa de governo da Aliança Democrática. Para além do natural aproveitamento para fins de campanha, é facto que António Barreto defendeu no Porto "um novo regime" e "uma vassourada", embora definindo a sua proposta como "radical mas não violenta". E Manuel Múrias disse ao "Diabo" de 30OUT. que



a AD só pode executar o seu programa em termos de golpe de Estado ( o recorte desta afirmação segue fotocopiado ).

A análise dos conflitos concretos previsíveis, em caso de vitória da Aliança, é feita no "Tempo" de 31 OUT., por Helena Roseta e pelo director do semanário, sublinhando-se especialmente o confronto com o Presidente e com o C.R. Também Vital Moreira explora esta questão na entrevista ao "Jornal" de 31OUT., ao que Marcelo Reb.de Sousa parece responder no último "Expresso", considerando-a "um argumento eleitoral inadmissível" ; o essencial deste debate segue em recortes fotocopiados.

Numa hábil entrevista ao "Com.do Porto" de 4NOV., Mário Soares apresenta o seu partido como o partido da "tolerância" e do "compromisso", considerando-o única alternativa à dinâmica de "confrontação", de "extremismo" e de "violência" da AD. "É essa convicção na importância da acção unificadora do PS em relação ao conjunto do tecido social que leva Mário Soares a apelar ao voto útil de todos os democratas no seu partido" ( Jorge Lacão, "Tempo" de 31OUT. ).

### 3. A QUESTÃO DE QUEM "ESTÁ CONNOSCO"

"O bloco conservador-monárquico é telecomandado de Espanha" - disse Mário Soares ao "Com.Porto" ; a expressão é sublinhada pelo "Portugal Hoje" de 5NOV. e não aparece como nova : o próprio Mário Soares abordara este tema da campanha do PS na sua recente entrevista colectiva com editoriais e directores de jornais, e Nuno Rocha abre o editorial do "Tempo" de 31OUT. contestando precisamente esta acusação de "castelhanismo".

Poucos dias depois, é a vez do PS alardear a importância nacional das suas ligações estrangeiras. A reunião da Internacional Socialista teve este objectivo, claramente assumido : "Vitória do PS será a consagração da abertura de Portugal ao mundo" - é a citação de Mário Soares que a "Acção Socialista" de 1 NOV. põe em título ; "... as várias dezenas de países aqui representados atestam o prestígio internacional dos socialistas portugueses..." - o mesmo dirigente ao "Tempo" de 31OUT.

Ao mesmo tempo, Mário Soares diz quem passa e quem não passa por este corredor socialista ; nessa entrevista ao "Tempo" afirma que Magalhães Neta "saudará, em nome da ASDI, os sociais-democratas do mundo inteiro". O dirigente da ASDI disse ao "Expresso" que esta ficava "com uma porta aberta para a Internacional Socialista", projecto que Mário Soares, no mesmo jornal, parece "arrefecer". O mesmo semanário, na edição de 27OUT., afirmava que a maioria dos ex-deputados sociais-democratas independentes iria às eleições nas listas do PS.



análise de imprensa

Numa demarcação do outro lado, Mário Soares assina, no "Portugal Hoje" de 29OUT., uma crítica severa do "silêncio do PCP" perante as condenações de Praga.

Nos primeiros dias de NOV., Helmut Kohl, presidente do CDU oeste-alemão, esteve presente numa sessão pública do CDS, tendo nomeadamente defendido a necessidade de estabilidade governativa para confiança do investimento estrangeiro.

Duas outras reuniões estiveram em foco : a Conferência de Apoio ao Povo Árabe e à Palestina, com a presença de Yasser Arafat ; e o Seminário sobre Nova Ordem Internacional.

A respeito da primeira, parece haver uma espécie de "concorrência" de vários partidos na aproximação ao povo árabe e à Palestina, onde mesmo o PSD joga os seus trunfos. Quanto à mesa redonda sobre N.O.Inter., foi especialmente contestada pela Imprensa próxima da A.D. O editorial do "Expresso" de 27OUT. tenta fazer um balanço global destas "políticas externas em excesso" dizendo que a imagem "confusa e contraditória" que oferecem "não serve o interesse nacional".

#### 4. TEMAS DE INCIDENCIA RELIGIOSA

Mais membros do episcopado católico têm aparecido com intervenções públicas sobre o voto e o seu sentido desejado, intervenções essas que "O Dia" invariavelmente destaca em título a toda a largura da 1ª pág. ou, pelo menos, notícia/chamada remetendo para as interiores ; assim o bispo de Leiria ( 26 de Outubro ), o do Algarve ( 30 OUT.), arcebispo de Braga ( 5 NOV. - com "sérias reservas" a aspectos do programa do PS ) e hoje, 6 NOV., os bispos de Viseu e do Funchal.

Alvaro Cunhal tem tratado este tema em vários dos seus discursos, defendendo a não incompatibilidade entre catolicismo e militância no PCP, e ainda que "religião se não deve misturar com política" ( reportagem no "Avante !" de 25 OUT.)

Mário Soares, tendo visitado pessoalmente alguns bispos, sublinha a "sintonia" do PS com "os valores evangélicos que a Igreja defende" e procura, por outro lado, evitar a mistura com o PCP nesta questão, atribuindo a "confusão" do PS e do PC como partidos "marxistas" aos "meios reaccionários" ( "Accção Socialista" de 25 OUT.).

O julgamento e absolvição de Conceição Massano repõe em toda a actualidade a questão do aborto, a que vários bispos se referem nas suas notas pastorais e homilias ( assim os do Porto, Braga, Viseu e Funchal ).



## análise de imprensa

5. PROGNÓSTICOS E SONDAJENS

O "Tempo", "Correio da Manhã" e "A Tarde" encomendaram uma sondagem à Norma, torneando a proibição legal da respectiva publicação por via do jornal espanhol "Diário 16". A Comissão Nacional de Eleições processou o semanário, que foi mais longe na sugestão do sentido da sondagem. Seguem, em recorte fotocopiado, os textos em causa.

6. OUTROS TEMAS

Parece despoletado um confronto PS / PSD a propósito da influência dominante na União Geral de Trabalhadores. A questão envolve o Ministro Sá Borges, ligado ao MSD e acusado de acordo secreto com a Intersindical para prejudicar a UGT na representação à conferência da OIT.

Prossegue o debate sobre independência dos meios de Com.Social estatizados, ainda principalmente em torno do caso de Sousa Tavares. "O Dia" de 31OUT. publica o documento do Ministro João Figueiredo ao Conselho de Ministros, que o próprio reconhece autêntico, embora com cortes, "talvez por erro tipográfico" ( "Capital" de 31 OUT. ). O PSD e o CDS exigem a demissão do Min. da Com.Social ( jornais de 1 NOV. ), mas o plenário do Cons. Ministros aprova a proposta daquele sobre a administração da EPNC, o que é o tema do texto e título a toda a largura do "Dia" de sáb.3 NOV.

Fundação Cuidar o Futuro

SACR, 6 NOV.79



## para obrigar PS a viragem

— sublinhou Álvaro Cunhal na Covilhã

o diário 4 de Novembro de 1979

### “ESQUERDISMO”: ENFRAQUECER A ESQUERDA

Quanto ao “esquerdismo”, Álvaro Cunhal foi igualmente claro: “o voto nos esquerdistas é um voto politicamente errado e eleitoralmente perdido”.

Politicamente errado, “porque os esquerdistas constituem uma força divisionista, cuja actividade tem sistematicamente exercido os objectivos da reacção” e tende “a dividir e a enfraquecer o movimento operário e popular e a combater a força política mais válida e consequente na luta contra a reacção, o Partido Comunista Português”.

O dirigente comunista lembrou, em apoio das suas palavras, a “coincidência” entre a campanha desestabilizadora da direita, que procura apresentar o PCP como “um partido que está criando uma situação pré-insurreccional”, e a recente afirmação de Otelo Saraiva de Carvalho, em entrevista ao “Diário de Notícias”, de que “a liberdade só poderá ser conquistada com o derrubamento violento pelas armas da burguesia dominante”.

Recordou, também, que, em 1975, quando “a reacção punha como objectivo central o combate a Vasco Gonçalves, para levar à sua demissão”, os “esquerdistas secundaram o ataque, conduziram uma violenta campanha contra Vasco Gonçalves, acusando o governo de ser uma ditadura militar”.

Os agrupamentos “esquerdistas” estão ainda unidos à direita, no combate ao governo que sucedeu ao gabinete de Mota Pinto/PPD/CDS, acentuou Álvaro Cunhal, que falou igualmente da

“coincidência” de posições entre Otelo Saraiva de Carvalho, (em entrevista a “Portugal Hoje”), o PPD/PSD e o CDS, quanto à integração de Portugal na CEE e à questão do referendo.

O voto nas forças “esquerdistas”, concluiu, e, além disso, “eleitoralmente perdido e prejudicial”, “porque não fará eleger ninguém” e “enfraquecerá a representação na Assembleia da República dos trabalhadores”.

Assim, em 1976, “a UDP teve, em todo o país, 90 mil votos, mas elegeu um só deputado”. Os votos que teve em vários distritos “impediram a eleição de um deputado do PCP e permitiram que fossem eleitos deputados reaccionários ou do PS”.

Foi o que aconteceu, nomeadamente, nos distritos de Castelo Branco (onde os 8 mil votos dos “esquerdistas” teriam permitido que o PCP elege um deputado, “sobrando ainda cerca de mil votos”), Braga (onde a situação foi semelhante), e Aveiro (onde “o voto esquerdista impediu que fosse eleito um deputado do PCP e permitiu a eleição de um deputado do CDS”).

### POVO UNIDO Fundação Cuidar o Futuro

Da sua exposição, retirou Álvaro Cunhal uma conclusão lógica: “O voto na Aliança Povo Unido é o voto útil, seguro e certo na democracia”. E, isto porque “só uma votação maciça na APU, com o resultante reforço do grupo parlamentar do PCP, além dos deputados eleitos do MDP, pode criar condições para que a maioria democrática numérica (comunistas, socialistas e outros democratas) se torne uma maioria democrática efectiva”.

Como e em quem votar seguro e certo na contenção do aumento do custo de vida, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, na dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo, na base do respeito pelos limites das formações económicas?

É evidente que o voto seguro e certo dos portugueses não pode ser na «Aliança Reaccionária» que exprime os interesses das classes exploradoras dos monopolistas e latifundiários, dos que no governo e fora dele têm agravado numa escala brutal o fardo do custo de vida sobre os trabalhadores, dos que têm procurado à custa da miséria do povo reconstituir as grandes fortunas desapossadas pelas Nacionalizações, a Reforma Agrária, as intervenções estatais contra o patronato sabotador.

Não pode ser no PPD e no CDS que no programa da sua reaccionária «Aliança» se propõem rever toda a legislação do trabalho no sentido favorável ao grande patronato, o direito à greve e outros direitos e garantias dos trabalhadores.

Nem no PS, arquitecto e iniciador da política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista, que abriu a porta ao grande capital privado português e estrangeiro, ao regresso dos Mellos, dos Irmãos Carvalhos, dos Pinto de Magalhães, das Fernanda Pires da Silva, dos J. Pimenta, dos Agostinho da Silva, e outros jurados reaccionários detentores de grandes fortunas na época do fascismo, ao restabelecimento dos latifúndios; não nos socialistas, cuja política económica nos governos constitucionais I e II se caracterizou pelo agravamento da inflação e o abaixamento do salário real dos trabalhadores, pelo cercamento do direito ao trabalho e o aumento do desemprego.

O voto seguro e certo em tal matéria é o voto no PCP, componente da APU, que se tem batido pela recuperação da economia nacional com base no desenvolvimento e no apoio às novas formações económicas, pela elevação constante das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo.



Como e em quem votar seguro e certo na firme defesa da independência nacional e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do mundo?

No PPD e no CDS, cujos chefes têm mantido intensas relações com os círculos imperialistas, que foram aos Estados Unidos, à RFA e à Espanha mendigar o apoio e convidar os piores representantes da reacção europeia a participar na campanha eleitoral da «Aliança Reaccionária», que abrem assim a porta à descarada ingerência estrangeira nas nossas questões internas?

No PPD e no CDS que no seu programa preconizam a crescente submissão de Portugal ao capital estrangeiro, ao imperialismo, aos planos agressivos da NATO?

Ou no PS que amarrou a economia portuguesa ao FMI, que para agradar ao capital estrangeiro e ao imperialismo impôs ao Povo português a política dos «pacotes», a diminuição dos ritmos do desenvolvimento económico de Portugal?

O voto seguro e certo numa política patriótica de defesa da nossa independência é o voto no PCP integrado na APU, que, ao longo dos anos, se tem mostrado o mais firme campeão da amizade e cooperação pacífica com todos os povos do mundo e cujas relações e prestígio internacionais grangearam o respeito das forças da paz e da convivência internacionalistas entre os povos.

O reforço do PCP através de uma votação maciça na APU será uma garantia da vitória democrática nas eleições de Dezembro, o voto seguro e certo na democracia, na unidade de todos os democratas e patriotas portugueses, na defesa e consolidação do 25 de Abril, é o voto no PCP, é o voto na APU.

# Caldeira Rodrigues

## apoia UEDS

### sem sair

## do MDP/CDE

o jornal

31-10-79

O eng.º Caldeira Rodrigues, (MDP/CDE) que foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa logo após o 25 de Abril é um dos signatários de um documento de apoio à candidatura da UEDS. Interrogado por «O Jornal» sobre os motivos que o levaram a tal atitude, Caldeira Rodrigues, que afirmou não ter saído formalmente do MDP/CDE, salientou ser seu projecto político a «unidade de esquerda», e considerou que, neste momento, é a UEDS quem consubstancia tal projecto.

Declarou que não mudou de atitude política, mas criticou o MDP por estar a enveredar por uma «táctica diferente».

O referido documento é assinado também pelos professores Jacinto do Prado Coelho, Boaventura Sousa Santos, Carvalho Homem e Eduardo Cortesão, pelos jornalistas Jacinto Baptista e Acácio Barradas, pelo cineasta José Fonseca Costa, pelos cantores Sérgio Godinho e Vitorino, pelo sindicalista Joaquim Calhau, do Secretariado da CGTP/In, etc.

### Plataforma eleitoral da UEDS

O MDP/CDE e o PCP (com reticências) responderam favoravelmente à proposta da UEDS de plataforma governamental pós-eleições, enquanto o PS e a UDP negaram essa possibilidade.

O MDP/CDE afirmou que a proposta da UEDS correspondia na generalidade às intenções do seu partido e propôs conversações «imediatamente após as eleições». Carlos Brito, do PCP, disse no Norte que o seu partido iria analisar a proposta, não a excluindo, todavia, à partida.

As respostas negativas vieram do PS, cujo secretário-geral Mário Soares na entrevista de sete horas a jornalistas afirmou não reconhecer legitimidade a Lopes Cardoso para a proposta e da UDP, cuja comissão permanente considerou a atitude da UEDS como «invisível», fundamentando que «é prática política do PS e do PCP não se oporem consequentemente ao avanço da direita».

### PSR e POUS

Entretanto, prossegue a campanha pré-eleitoral dos partidos com



Caldeira Rodrigues  
«Unidade da esquerda» na UEDS

menores recursos financeiros. O PSR leva a efeito nos próximos dias 3 e 4 de Novembro, respectivamente no Porto e em Lisboa a festa do seu jornal «Combate Operário» para a qual está confirmada a vinda do brasileiro Luiz Gonzaga Júnior.

Os «trotskistas» do PSR, entretanto, vieram a público apoiar Conceição Massano condenando o julgamento que está a ser feito por alegada prática de aborto. O PSR resolveu mesmo ceder parte do seu tempo de antena à Campanha Nacional Pelo Aborto e Contracepção (CNAC), tendo aparecido por tal motivo referenciado em órgãos de comunicação social.

Quanto ao POUS e ao «Projecto Trabalhista» não se conhecem iniciativas a curto prazo. Em relação ao PT assinale-se mesmo que as suas listas não foram ainda completamente divulgadas.

### OCMLP e PCTP

A OCMLP, que concorre apenas em cinco círculos, anunciou que o objectivo central da sua candidatura é «combater a divisão sectária do povo, tão ao gosto dos social-fascistas».

Finalmente, o PCTP/MRPP «lançou a confusão» esta semana ao «declarar ilegais e inconstitucionais» as eleições autárquicas de 16 de Dezembro, argumentando que «a lei de 25 de Outubro de 1977 (que regula aquelas eleições) para além de ser inconstitucional deixou de vigorar há cerca de um ano».

P.H. — Não se candidatando a deputado por qualquer formação política, nem como independente, não será, contudo, inero observador destas eleições. Quer dizer que aconselhará os trabalhadores a votar. Perguntamos: qual será a sua consigna de voto?

A.B. — Como decorre da minha resposta anterior, o que considero essencial é que os trabalhadores e o povo português votem lucidamente, percebam que o que é importante é derrotar a «Aliança Democrática». Nesse sentido, o voto útil de esquerda é todo aquele que for contra a «Aliança Democrática» portanto nos partidos que se opõem à «Aliança Democrática».

— Dr. Mário Soares, alguns dirigentes políticos têm acusado o PS de não ter um projecto consistente para governar o País. Vital Moreira afirmou, numa recente entrevista a um semanário de Lisboa que «votar no PS é votar no desconhecido», já que «o PS não é alternativa» e que «projectos consistentes há apenas dois» — o da APU e o da AD. Por sua vez, os dirigentes da AD, num comício recente em Bragança, produziram idênticas declarações. Quer comentar estas afirmações?

— «Essas afirmações não me surpreendem. É a aliança dos extremos: no tempo do fascismo, toda a opção democrática era comunista. No tempo do gonzalvismo, todos aqueles que não eram comunistas eram fascistas. O PCP aliou-se à direita para derrubar o primeiro governo PS. O PCP concorre em certos distritos, às eleições, como está a fazer, está objectivamente — como eles próprios têm o hábito de dizer — a fazer eleger mais deputados da direita. Ambos são adversários do PS, que representa a estabilidade e a democracia política e pluralistas».

Mário Soares ao «Jornal do Porto» de 4 NOV.79

1 DE NOVEMBRO DE 1979

acção SOCIALISTA

RAUL REGO



Além dos ataques aos socialistas democratas em Portugal também não são de agora. Foram os votos comunistas que deitaram abaixo o I Governo Socialista. Os comunistas, nessa como em muitas outras ocasiões, votaram com as direitas.

Nestas mesmas eleições, os comunistas não colaboram com a democracia. Tanto assim que, em certas regiões, principalmente nos distritos do Norte, do Interior do País e dos Açores e Madeira, as candidaturas comunistas visam apenas tirar votos aos socialistas. São votos perdidos os votos comunistas na Guarda, em Bragança, em Vila Real, em Viana, nos Açores, na Madeira, noutras regiões. Se os dirigentes comunistas fossem realmente democratas e vissem antes demais em mira a vitória da democracia, buscariam o voto útil. Assim, continuam apenas para aumentar a força das direitas, violando inutilmente. Preferem arriscar a vitória das direitas a votar na democracia e no socialismo em liberdade.

Acácio Barreiros ao «Portugal Hoje» 31 OUT.

### A aliança do PCP com o MDP é defensiva

P.H. — Que pensa do facto do PCP se ter aliado ao MDP para as intercalares, apresentando-se com a sigla APU?

A.B. — Trata-se de uma aliança claramente defensiva, ao contrário do que pretende ser apresentado pelo PCP.

A candidatura do MDP/CDE resultou do facto disso ser exigido pelas bases desse partido, que no fundo foram quem mais trabalhou nas autarquias, dentro dos autarcas eleitos pela APU.

O PCP sabe que a sua base eleitoral é pouco segura, que o abalo sofrido com a candidatura do major Otelo não foi ainda recuperado e percebeu que muitos dos seus potenciais votantes acabariam por votar no MDP/CDE, tal como noutras forças políticas. A aliança APU é mais para segurar os votos do PCP e a meu ver, uma aliança bastante negativa para o MDP/CDE. Não sei mesmo o que é que acabará por prejudicar mais o MDP: se terá sido o facto de não ter concorrido em 76, ou o facto de concorrer na APU em 1979. Para eleger o quê? Dois ou três deputados e apenas para tentar fixar o eleitoraldo pêço no PCP.

### A imprensa estatizada

P.H. — Na sua opinião, a comunicação social estatizada está a cumprir, num quadro pluralista e de objectividade constitucional, a sua função?

A.B. — Penso que não, e não só no que concerne à imprensa mas também no que se refere à rádio e à televisão, cuja actualização, ou é demasiado apagada (apagando as posições de esquerda...) ou toma posições reaccionárias, dando destaque privilegiado às posições da «Aliança Democrática», que quase já não precisa de tempo de antena na TV, por já estar em campanha eleitoral há muitos meses. Penso que esta situação tem que ser rapidamente superada e que as medidas tímidas que foram tomadas estão muito longe de, pelo menos, anular as medidas profundamente retrógradas tomadas por Proença de Carvalho.



## Ferroviários Sociais Democratas:

## Votar PS é votar PC

Muitos portugueses votaram em eleições anteriores no Partido Socialista (voto útil).

Ao votar PS essa parte do eleitorado pretendeu exprimir sobretudo, a sua oposição ao assalto ao poder ensaiado pelo PCP.

Uma rápida retrospectiva permitirá concluir que, para além da total ineficácia da gestão socialista — a principal responsável pela degradação do nosso nível de vida, o PS traiu no essencial, o seu eleitorado.

Uma prática disfarçada de aliança com o PCP esteve presente em todos os seus actos. A maioria marxista (PS + PCP) que nada tem a ver com a formação humanista do povo português, condicionou todas as decisões dos Governos PS.

Durante o 2.º Governo

Ontem traiu e aniquilou estratos de trabalhadores como os Técnicos Auxiliares, os Quadros Inter-médios e todo o Pessoal Especializado da CP.

Hoje surge como "porta-voz" dos anseios da justiça dos mesmos trabalhadores.

Ontem concluiu-se com o C.G. da CP, mantendo este imutáveis as conquistas do 11 de Março.

Hoje aparece como expressão do descontentamento generalizado dos Ferroviários procurando recolher benefícios da autoproclamada demissão do Presidente.

Ontem veio-lo a combater a ala marxista-meloantunista do MFA.

Hoje luta pela sobrevivência do meloantunismo nessa aberração aristocrática da nossa democracia

— o Conselho da Revolução.

— Mas deverão os portugueses apoiar o Partido Socialista?

— Não porque o PS é o partido da indefinição e do conluio secreto com o PC.

Enquanto Sá Carneiro e outros Portugueses da chamada ala liberal da Assembleia Nacional, numa atitude patriótica e clarividente, se batiam publicamente pela evolução democrática do regime e pela resolução pacífica do problema ultramarino, dirigentes do PS, em Argel e Paris auxiliavam os movimentos comunistas das ex-colónias e Mário Soares ia a Londres espezinhar a Bandeira Nacional.

Quando depois do 25 de Abril, a Junta de Salvação Nacional diligenciava para formar Governo, o PS declarava depender da integração do PCP nesse Governo a sua própria participação.

Numa atitude, que o futuro demonstrou esclarecida e vital, Palma Carlos em consonância com Sá Carneiro e outros democratas, propõe-se abreviar a estabilização democrática do País, poupando-nos às convulsões que se seguiram. É a atitude de oposição do PS que inviabiliza esse projecto. A partir de então o PS é perante os Portugueses, o principal responsável pelas nefastas consequências do PREC activado pelo PCP.

O PS oferece cobertura e aval democrático ao Gonçalvismo e expõem-se ao histórico papel de outros partidos congéneres de defuntas democracias da Europa Oriental, pronto para ser engolido no momento aprazado da consolidação do poder, pelo Partido Único — o PC.

O PS é conivente e corresponsável pela degradação acentuada da nossa economia.

Sem qualquer estudo sério, sem opção político-económica clara, sanciona "Alegremente" nacionalizações e intervenções em catadupa, numa paranóia, cuja história está por fazer.

O PS é corresponsável com o PCP pelo drama da descolonização, pela expolição, sofrimento e morte de muitos portugueses e de muitos naturais das ex-colónias. A descolonização, a mais vergonhosa página da história de Portugal,

manchará para sempre, a memória do PS e dos outros executores.

O PS dá cobertura à entrega ao Social-imperialismo soviético das ex-colónias portuguesas. Traído o acordo de Alvor, que subscreveu, apoia o MPLA (congéneres do PCP em Angola) contribuindo decisivamente para o triunfo deste Movimento.

A posição patriótica que o PS assumiu em 1975 na luta contra o totalitarismo comunista não basta para redimir o seu papel em todo o PREC.

O PS foi o partido das crises que gerou, potenciou e conservou.

É o partido da indefinição, da instabilidade e da ineficácia.

O PS é o partido da coligação disfarçada com o PC.

Os Portugueses que desejam o progresso e a independência do seu País, a realização da Justiça Social, não podem votar PS.

## Magalhães Mota a "O Jornal"

## "ASDI chegou onde o PSD nunca chegou"

«A ASDI chegou onde o PSD nunca conseguiu estar presente.» Este foi o comentário escutado ontem à noite, no final do comício do PS, no Pavilhão dos Desportos, comício que reuniu as personalidades mais destacadas da Internacional Socialista. Magalhães Mota, fundador do PSD e um dos principais dirigentes da Associação Social Democrata Independente, foi um dos oradores do comício, o que não deixou de causar alguma sensação nos meios políticos mais identificados com toda a estratégia que envolve a actividade daquela Associação nascida da segunda grande cisão verificada no Partido Social Democrata.

«Os sociais-democratas independentes estiveram presentes na reunião como sociais-democratas que sempre foram. A sua presença foi, assim, antes de mais uma coerência», declarou Magalhães Mota a «O Jornal», comentando assim o significado da presença da ASDI num comício que tem sido interpretado como o arranque da campanha eleitoral do PS. «Estivemos ainda por acreditarmos no diálogo e no que nele se contém de essencial para a própria democracia», acentuou Magalhães Mota, que nos diria depois: «Democracia em que cada um conserva a sua identidade própria, não recusa nem oculta diferenças mas está disposto a encontrar zonas de consenso e áreas de compromisso. É isso afinal o pluralismo e o assumi-lo como valor, que é o inverso de qualquer bipolarização.»

Segundo Magalhães Mota, como portugueses, cabia-nos também dar testemunho, numa reunião internacional realizada em Portugal,

de que a liberdade e o pluralismo podem ser hoje afirmados em Portugal, em boa parte pelo esforço e mérito do Partido Socialista. Não o absolvemos de erros. Mas não esqueçamos também que a sua acção em 1975 — por dever de verdade — precisa ser claramente afirmada e, em particular, por aqueles que, como os sociais-democratas, independentes que então se encontraram numa mesma luta».

Quanto ao significado da presença da ASDI no comício em que o PS reuniu alguns dos membros mais prestigiados da Internacional Socialista, disse Magalhães Mota: «Creio que não é preciso recordar que os sociais democratas independentes viram, deste modo, reconhecida a sua presença como tal numa reunião da Internacional Socialista. Penso que foi todo este conjunto de razões que amplamente justificou a nossa presença.»

A presença de Magalhães Mota no comício do PS foi discutida, ontem numa reunião da ASDI, tendo a decisão sido aprovada por unanimidade.

Entre os apoiantes da presença de Magalhães Mota no Pavilhão dos Desportos contou-se, segundo «O Jornal» apurou Sousa Franco que, recorde-se, foi um dos sociais-democratas independentes que mais se bateu contra a transformação da ASDI em partido, com o objectivo de concorrer às próximas eleições intercalares. Aliás, Sousa Franco foi uma das inúmeras personalidades que esteve presente na recepção aos participantes estrangeiros na reunião da IS que o PS ofereceu, ao fim da tarde de ontem, 3.ª feira, no Hotel Altis.





**U**MA das mais correntes acusações feitas contra os Independentes de Direita é a de que são salazaristas. Toda a gente nos pergunta se o somos ou não; certa direita convencida de que sim olha-nos admiradamente; a maioria de esquerda visa-nos com ódio, supondo a mesma coisa. É preciso esclarecer a questão.

Sempre que nos chamam salazaristas lembramo-nos da famosa frase do grande homem de Estado, referida a outros tempos, a outras ideias e a outros homens:

— É preciso que não vivamos agarrados a cadáveres.

Salazar para nós é um ponto de princípio — e não um ponto final; partimos para o caminho arriçados à sua experiência histórica, aos seus métodos, a muito do seu pensamento; mas não nos fixamos na sua vida; Salazar morreu! Viva Salazar! Mas este viva contém a génese dum processo dinâmico e por ser dinâmico se não queda no dia da sua demissão de Chefe de Governo, se não pára no dia da sua morte, antes ultrapassa ambas as datas e segue pelo futuro fora, sem Salazar, mas como se ele estivesse vivo.

Ser salazarista tal como o entende a esquerda é uma forma triste de necrofilia política e, na acção, é uma maneira de fazer espiritismo:— à volta duma mesa de três pés, com a luz velada e as cortinas cerradas, os salazaristas reúnem-se para evocar o Chefe — e interrogam-no. Soturnas as ordens do morto pancadeiam na mesa. A gente segue as ordenações do morto, sem meditar nas necessidades dos vivos.

Ser salazarista, tal como o entendemos nós, é, antes de mais, usar em pleno esta metafísica condição de homens livres que a Providência nos deu. E depois, em plena liberdade de consciência, em função dos factos e dos princípios, agir sem hesitar, estudando na dúvida e realizando na fé. As ideias que professamos — tal como as de Salazar — podemos dizer que não são nossas, mas da colectividade, ou porque as fomos beber às profundezas da consciência nacional, ou porque, correspondendo ao estado de espírito do país, este as adoptou e fez suas. Nós queremos ser a voz activa do Povo português que rompeu as mordagens e, revoltado, pretende reencontrar o seu destino, a sua personalidade moral e material da Nação atlântica, cujo futuro foi cortado pela traição de muitos, a estupidez da maioria e a cobardia de quase todos.

De Salazar fica-nos a lição profunda de paciência, realismo e heroicidade.

Fica-nos a ideia mestra do Estado pessoa de bem. E fica-nos a serenidade grandiosa dos dogmas:

- Não discutimos Deus.
- Não discutimos a Pátria.
- Não discutimos a Família.

Salazaristas? Que ideia. Portugueses. Simplesmente portugueses — e por Portugal; por Portugal sem mais nada — curso de bacharel ou diploma de emprego público.

Nada valem filosofias e filósofos ou sonhos de sonhadores contra estas realidades.

... não seria mau...  
 J.M.J. — Se for eleito, e sem que isso possa vir a ser tomado como um sinal de megalomania, já tem as suas ideias do que poderá vir a ser a sua actuação na Assembleia?

M.N.M. — Tenciono ficar, sossegadamente, na posição. O que não quer dizer, que não possa concordar, num ou noutro ponto, com o Governo que estiver no poder ou com os partidos que estiverem por acaso na oposição e que, pontualmente, possam concordar comigo. Há uma coisa muito importante, e que me parece ser uma definição certa de homem de direita: nós, homens de direita (e eu suponho que isso se passa comigo), temos uma característica especial — somos avessos a qualquer disciplina partidária, pois, votamos conforme a nossa consciência, sempre que achar que devo votar assim, a favor ou contra. Há muitos pontos na AD com que estou de acordo, assim como há outros de que discordo frontalmente.

Todos nós, independentes de direita (e não é só o meu caso), tencionamos ser na Assembleia da República a voz dos homens livres de Portugal. Dos homens que não têm efectivamente partido, que não querem pactuar com os partidos e que já estão dispostos a prender a sua consciência política aos interesses conjunturais dos partidos. O facto de não se poder eleger qualquer pessoa para a Assembleia da República sem ser através dos partidos, foi altamente criticado, por exemplo, por Francisco Sousa Tavares...

J.M.J. — Poros reformadores, designadamente...

M.N.M. — Veja lá como as coisas são. Se calhar o que me separa, dos reformadores são apenas motivos de ordem moral...

**Cometer um pecado político**

J.M.J. — Seja como for, é um facto que você vai ser candidato, é ainda um facto que muita gente diz (inclusive muitos dos seus amigos, uns por escrito, outros pessoalmente) que a candidatura do PDC pode funcionar como uma forma de viabilizar a manutenção da chamada maioria de esquerda. De facto, com base na experiência das anteriores eleições, pode-se admitir que o PDC gaste pelo país fora votos que não serão suficientes para eleger deputados, mas que sejam suficientes para provocar a eleição de deputados do PS ou do PC. Gostaria de perguntar-lhe se não pensa que esse desejo de tentar

modificar o regime não irá provocar a eleição de deputados dessa maioria de esquerda, contribuindo assim para que o regime não possa ser alterado?

M.N.M. — Posso dizer-lhe que nós resolvemos candidatar-nos devido ao facto de muitas dezenas de pessoas (algumas delas até com responsabilidades intelectuais muito grandes) penderem para a abstenção, por razões de vária ordem: uns não gostam do Prof. Freitas do Amaral; outros não gostam da social-democracia. Havia, portanto, uma corrente abstencionista. Aliás, é notório que há uma corrente abstencionista porque, se não fosse assim, o Episcopado não estava virado para a crítica à abstenção, como está. Inclusive, chegou a dizer-se que não votar era pecado. Posso dizer que, antes de me candidatar, eu fazia tencção de cometer esse pecado político.

Quando nós resolvemos candidatar-nos, procurámos colher os votos das pessoas que efectivamente não iriam votar na AD, por todas aquelas razões que já expus. Se vamos tirar votos à AD, a culpa não é nossa, pois se nós tivéssemos participado nas listas da AD (e não é o meu caso, pois nunca pensei em participar nas listas da AD), as pessoas continuariam a votar em nós. E um risco que se corre, efectivamente, de tirar alguns deputados à AD. Mas, por outro lado, tenho a impressão de que se ganha muito mais se conseguirmos meter na Assembleia da República deputados da Democracia-Cristã e evitar, principalmente, que as pessoas se abstenham.

J.M.J. — Julgo poder apreender por esta lignira troca de impressões, como pelas suas várias tomadas de posições políticas ao longo dos últimos tempos, que ainda que você admita que a AD não corresponde ao que é necessário para este país, apesar de tudo, entende que será preferível que a AD tenha maioria do que a maioria seja conseguida pelo PS ou pelo PC; isto é, que você não tem uma perspectiva política do tipo "quanto pior, melhor"; de "política de terra queimada"...

M.N.M. — Em primeiro lugar, acho que quem deve ganhar as eleições é o PDC. Parece-me que isto está fora de causa. Portanto, do mal o menos; depois que ganhe a AD. E depois que ganhe o PS. E que em nenhuma circunstância possa ganhar o PC ou a UDP.

Fundação Cuidar o Futuro

"Proposta radical mas não violenta"

# António Barreto defende criação de "novo regime"

Com a participação dos reformadores e promovido pelo PSD, decorreu no Porto, no Cinema Foco, na zona residencial da Boavista, um encontro para debate do tema "Economia e Sociedade", o qual registou a presença de Francisco Sá Carneiro, António Barreto, Pinto Balsemão e Sousa Tavares, entre outros.

Acerca da "Comunicação social", tema quente no momento actual, como já o foi no período "gonçalvista", o jornalista Sérgio Mourão, em substituição do jornalista Freitas Cruz, director do nosso presado colega "O Primeiro de Janeiro", ausente do encontro por motivos imperiosos, Sousa Tavares, director de "A Capital" e Pinto Balsemão, director de "O Expresso" e cabeça de lista do PSD pelo Porto, desenvolveram judiciosas considerações merecendo especial destaque a informação estatizada "limitadora da liberdade", como foi afirmado.

A navegabilidade do Douro, os problemas decorrentes da bacia hidrográfica, as questões fundamentais relacionadas com a metalurgia industrial (pesada), os projectos Ford e Renault, a descentralização regional, a procura de equilíbrio da balança de transacções correntes e a adesão à CEE foram questões que mereceram dos intervenientes reflexão cuidada e atenta dada a acuidade desses problemas.

Depois do dr. Montalvão Machado ter agradecido a

participação e o entusiástico empenho posto no debate, o "reformador" António Barreto defendeu a absoluta necessidade de "um novo regime" que, na sua óptica, será "o que assenta num novo poder político, na liberdade de revisão da Constituição, na institucionalização do referendo, num novo sistema eleitoral, numa liderança institucional, num novo acordo entre o Presidente da República, o Parlamento e o Governo, que culmine na exigência de uma maioria parlamentar".

Após ter acentuado que "esta proposta é radical mas não violenta", o eng. António Barreto afirmaria em seguida que o "País precisa de contratos políticos transparentes". Diria ainda: "O País precisa de uma vassourada, sem revanchismos e sem espíritos de contra-sanearmento". António Barreto, de forma clarividente, defendeu posições do "Manifesto Reformador", de que é um dos principais subscritores, e criticou asperamente o "bairrismo partidário", o "maquiavelismo de aldeia, que inspira e domina a sociedade portuguesa". Considerou, ainda, que se "perde tempo demasiado a vituperar os outros em lugar de se procurar soluções concretas", concluindo que "o actual poder apenas se desculpa e procura conservar-se e que o novo poder político deve ser civil e democrático, o que este não é".

Pinto Balsemão, depois de em relação às palavras de António Barreto ter afirmado não estar de acordo com a "necessidade de um novo poder político", considerando-o, porém, "tema para outro encontro de reflexão", viria a afirmar: "É preciso um novo modelo de sociedade e, eventualmente, um novo modelo de poder político, que acabe definitivamente com o estado do PCP no Alentejo e com a saltitante e inaceitável política do PS, que, alegremente, muda de projecto em projecto".

O presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, encerrou o encontro afirmando que é no aprofundamento das grandes questões que se deve descobrir o caninho real da sociedade portuguesa, num tipo de "personalismo humanista de que falava Emmanuel Mounier". Concluiu Sá Carneiro que "é preciso viver a ruptura que acabe com as desigualdades e com o sofrimento do nosso povo", mas isso "só se alcançará com a revisão da Constituição, no que passa pelos votos nas urnas".

## Uma hipótese de trabalho

J. L. J. — *Podemos admitir, ao menos como hipótese de trabalho, que a AD possa ganhar as eleições. Nesse caso, qual lhe parece ser o tipo de problemas que essa vitória lhe poderá causar? Que comentários se lhe oferece fazer sobre o que poderão ser as hipóteses de governo da AD?*

M. M. M. — A AD aparece com um programa muito ambicioso. E voltamos ao problema da autoridade de Estado. O Estado não tem autoridade. Veja, por exemplo, que o aborto é crime em Portugal. Apareceu agora um grupo de três mil mulherzinhas que confessam corajosamente que praticam o aborto. A Procuradoria-Geral da República, que é tão solícita em me processar a mim e à Vera Lagoa, porque dizemos a verdade a respeito de alguns altos dignatários do Estado, não faz nada em relação a aquelas senhoras, que são concretamente abortadeiras. Isto é a prova de que não há autoridade do Estado; que há, pelo menos, três mil pessoas identificadas que em termos jurídicos são inofensas, que andam aí à solta e a Polícia não as prende, porque não tem força concreta para as prender. Fala-se na legalidade democrática no Alentejo, e a verdade é que não há nenhum reservatório que possa receber a sua reserva no Alentejo sem estar escoltado pela GNR. Já se sabe que os grevistas da fome do PRP vão vencer a sua corrida, porque o Estado não tem força para dominar os chamados movimentos de massas que evoluem à volta da greve da fome dos presos do PRP. Não é um problema de força; é um problema de autoridade, porque só os Estados fracos são obrigados a usar a chamada força explícita. Como o nosso, com a PSP, com a GNR a cavalo, etc...

A partir daqui, como é que você quer que eu acredite que é possível executar aquele lindíssimo programa da AD? É pura demagogia: não é possível reformar a economia deste país sem alterar profundamente as leis de trabalho, e não há nenhum governo da AD, ou fora desta, que tenha essa autoridade. Mais: aquele programa da AD choca-se frontalmente com as posições que parece que são assumidas pelo Sr. Presidente da República e que parece que são assumidas pelo Conselho da Revolução. Vai haver um cho-

que entre o Governo da AD e o Presidente da República? Havendo um choque entre os dois órgãos de soberania, é possível governar? Ao fazer aquele programa a AD ou está realmente convicta de que o pode executar — e caminha-se para golpe de Estado — ou então está a fazer demagogia...

J. L. J. — *Mas essa perspectiva aplica-se absolutamente ao PDC. Você diz que o programa da AD é um programa lindíssimo, mas' ou é demagógico ou conduz ao golpe de Estado. Ora, se a AD, que consegue captar apoios em áreas mais amplas do que aquelas que o PDC conseguirá naturalmente fazê-lo, não é capaz de restaurar a autoridade do Estado, por maioria de razão, o PDC, se vencesse, não o conseguiria fazer.*

Sendo assim, devo depreender das suas palavras que só há duas alternativas: ou votar PS ou PC, ou fazer um golpe de Estado...

M. M. M. — Repare que há mais alternativas; nunca há só duas alternativas. E, se calhar, nenhuma das alternativas que nós pensamos constitui a que vai ser aplicada. Uma coisa é certa: nós somos frontalmente contra o PC, contra o PS e contra o general Eanes. Quer dizer, se o PDC com os independentes de direita tivesse a maioria de votos, não hesitaria em confrontar-se com os outros órgãos de soberania. E eu tenho as maiores dúvidas que a AD seja capaz de entrar em conflito com o Presidente da República. O engenheiro Amaro da Costa ainda há dias disse numa entrevista: "Nós vamos governar com este Presidente da República". E, assim, ou é o Presidente da República que aceita os postulados da AD, ou é esta que aceita os postulados do Presidente da República. Não há outra solução... Aliás, parece-me que muitos pontos desse programa da AD são objectivamente anticonstitucionais. Ou caminham para lá... E já um programa de golpe de Estado. Só que eu não acredito que eles assumam essa responsabilidade. É aquilo a que eu já chamei o social-civilizadismo: são todos muito bem educados, são todos pelo diálogo e é evidente que não se pode dialogar, por exemplo, com o PC, que quer levantar em Portugal uma ditadura. E, como o Sr. Presidente da República tem sempre...



# Um argumento eleitoral inadmissível

Vital Moreira a "O Jornal"

## "Vitória da AD criaria conflitos sociais graves"

31-10-79

...silação de...  
...verter de alto...  
...económico e so...  
...um espírito de re...  
...vingença. Aqui houve...  
...lução que retirou os privi...  
...e a direita quer recuperá-los.

A grande burguesia em Portugal mesmo nos casos em que se tratou de defender os seus interesses perante perigos que julgava grandes abandonou as liberdades democráticas e acolheu-se calmamente às ditaduras.

O 28 de Maio era algo semelhante à actual Aliança Democrática, onde estavam os monarchicos, os fascistas, a direita republicana, que não era fascista mas iniciou uma lógica que conduziu ao fascismo. Por isso a existência de alguns democratas avulsos na AD não é, de modo algum, uma garantia de que a democracia sempre seria mantida.

**Eurocomunismo: «Quando as palavras deixam de servir devem ser abandonadas»**

P. — Depois disto já não lhe farei aquela pergunta «sacramental», se você é um eurocomunista em Portugal. Mas, dirigindo-me ao europeu que é, para si a palavra «eurocomunismo» tem algum sentido?

R. — Para cada vez menos pessoas a palavra tem sentido. São tantos os sentidos que lhe são atribuídos...

Eu entendo, talvez por formação académica... que as palavras devem servir para definir alguma coisa. Quando deixam de servir então o melhor é abandoná-las.

P. — Os dirigentes da AD anunciaram já que não apoiarão uma candidatura eventual do general Ramalho Eanes. Não têm o cuidado de sublinhar de que se forem governo colaborarão com o actual PR, e não se correrá o perigo de uma ruptura. Nesse caso não haveria o risco de uma agudização da situação política, derivada desse cortejo com o PR, que é também CEMGEA?

R. — Esse perigo é evidente e é sintomático que por parte dos sectores e da imprensa que apoiam a AD, depois de um período em que se deu um livre curso às suas intenções nesse domínio subitamente se tenha invertido a sua posição e agora a direita proteste o seu respeito perante a posição institucional do PR. Basta ver as declarações na apresentação do programa da AD e a última análise política do Marcelo Rebelo de Sousa. Eles têm consciência de que o seu projecto leva a conflitos institucionais com o PR, com o CR, para além de conflitos sociais com a sociedade civil. Portanto, sabem que isso pode alienar uma parte substancial do seu potencial eleitoral. Este recuo da

AD é a prova provada da gravidade das suas propostas e a consciência de que a nível da população e dos sectores que são fundamentalmente ciosos da instabilidade do regime uma vitória da Aliança pode vir a ter.

O PR é o Presidente de uma República que tem uma determinada Constituição de que é, até certo ponto, um dos fiéis. E é óbvio que muitos dos projectos da Aliança vão não só contra o espírito da Constituição, mas contra a sua própria letra. Assim, haveria um choque com a posição institucional do PR.

Tomemos, como exemplo, o celebrado caso da lei do referendo. O referendo é inconstitucional. Provavelmente o projecto de referendo seria declarado inconstitucional em sede de controlo preventivo. O PR vetaria a lei. Estaria criado um conflito sem possibilidade de saída.

Um regime político não pode suportar duradouramente um conflito permanente, sistemático e de raiz entre dois órgãos de soberania, um lado (PR e CR) e dois outros por outro (maioria parlamentar e Governo). A possibilidade real de se acontecer leva pessoas ciosas da estabilidade democrática a não darem o seu voto à AD.

P. — A título pessoal, que pensa da experiência da actual Constituição? Há alguma coisa que o outro ponto em que a actual Constituição deve ser revista?

R. — Bom, nenhuma Constituição portuguesa até agora terá gozado da adesão popular, da sensibilização constitucional que esta goza.

Obviamente as Constituições não são para permanecer eternas na sua forma originária, a própria prática constitucional pode indicar pontos que carecem de adaptação, de concretizações no melhor sentido, há soluções que se manifestaram equívocas, há aspectos que não foram previstos e importa prever, há aspectos que foram previstos e que importa remodelar. E há, no caso concreto, o problema de órgão de soberania transitório, que é o Conselho da Revolução. A própria prática constitucional tem levantado alguns problemas que importa solucionar, por exemplo o caso dos poderes de um governo demitido ou exonerado.

Mas uma coisa é rever uma Constituição, isto é: aperfeiçoá-la, e adaptá-la às novas condições, outra coisa é substituí-la ou subvertê-la.

Quando à grande crítica que se faz ao funcionamento do nosso sistema, que é a da falta de estabilidade governativa ela deriva antes das políticas seguidas e do sistema partidário que temos: um sistema pluripartidário com quatro partidos com significativa representação parlamentar e nenhum deles estando em condições de governar sozinho. Enquanto se insistir em coligações e entendimentos partidários que são incompatíveis com a realidade económica e social, é óbvio que a instabilidade prevalecerá.

Expresso

27 - OUTUBRO - 1979

...ntica...  
...que de...  
...este final de 1979 e o...  
...mo de 1981.

É que a própria lógica de um sistema de governo semipresidencial impõe necessariamente a co-ordenação mínima entre a actividade do Presidente da República e a actividade do Parlamento, a compatibilização funcional entre a posição do xadrez partidário com assento parlamentar (e em especial a maioria parlamentar) e a representatividade própria do Presidente da República.

Assim terá de ser em Portugal em 1980.

### Um dado assente-factor de "desdramatização" eleitoral

Uma coisa é a crítica, aberta e frontal, a um órgão de soberania, como o Presidente da República, ou a discordância dele perante o povo, ou certos partidos políticos.

Marcelo Rebelo de Sousa



\*to Presidente-xadrez partidário parlamentar.

O PCP nunca pôs publicamente em causal princípio, até porque um dos pontos fundamentais da sua estratégia tem sido sistematicamente o respeito das posições presidenciais.

O FS tornou claro, através de vários dos seus responsáveis, a começar por Mário Soares, que considerava já ultrapassado o "contencioso" com Belém, no tocante a qualquer influência em relação ao entendimento necessário para a formação de um Governo em 1980.

Restava saber se a "Aliança Democrática" levaria a sua divergência fundamental com a actualização política do general Ramalho Eanes ao ponto de ameaçar de ruptura o sistema constitucional em 1980, por incompatibilidade entre o Presidente e uma potencial maioria da Aliança, ou se aceitaria o dado fundamental que acima ficou explícito.

O teor do Programa de Governo divulgado durante esta semana, e sobretudo as declarações feitas no decurso da conferência de imprensa e depois dela (nomeadamente a entrevista de ontem de Freitas do Amaral a um vespertino lisboeta) são muito claros neste particular: assim como a Aliança Democrática não tencionava formar Governo se não tiver maioria na Assembleia da República, assim também está perfeitamente resolvida a praticar a compatibilização funcional exigida pelo sistema de governo relativamente ao Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Ou seja, antes mesmo do começo da campanha eleitoral, é possível ter como assente este ponto fundamental para a própria estabilidade do regime democrático e do sistema de governo semipresidencial e também para a natureza desapassionada das

Uma coisa é o ataque a posições por ele assumidas ou a omissões graves por ele praticadas, ou a sua divergência face a gestos ou omissões partidárias. Ainda na semana passada aqui comentámos a posição inconstitucional, do Presidente da República relativamente à Lei da Amnistia.

Uma coisa é também concordar-se ou discordar-se, agora ou no futuro, quanto a uma eventual recondutividade do general Ramalho Eanes.

Outra coisa completamente diferente é não aceitar a necessidade de, quaisquer que sejam os resultados eleitorais, se verificar durante o ano de 1980 uma compatibilização entre o Presidente que temos e o quadro parlamentar que vivemos e ter. Isto tem de ser aceite pelo Presidente e pelas mais importantes forças políticas portuguesas.

Ora, o que existe de novo, sobretudo a partir da última semana, é esse dado fundamental que consiste no facto de ser ponto assente para qualquer das principais forças políticas concorrentes às próximas eleições de Dezembro a importância dessa compatibilização Presidente-Parlamento, desse entendimen-

próximas eleições: não estará em causa, nem poderia está-lo, durante o ano de 1980, qualquer comportamento assumido pelos partidos políticos mais representativos que possa provocar ruptura na ordem constitucional, que possa pôr em crise a cooperação com o Presidente da República.

Trata-se de um dado essencial, e que é positivo a duplo título: assegura que não haverá descontinuidades perigosas no processo da nossa jovem democracia; e contribui para colocar o Presidente da República numa posição ainda mais claramente não envolvida na próxima contenda eleitoral.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes é, certamente, pela sua própria deliberação, o primeiro a não querer assumir qualquer influência nas escolhas que o povo português vai fazer em Dezembro de 1979.

Não será, por seu turno, legítimo a qualquer partido político ou coligação partidária invocar a figura do Presidente da República como argumento para um voto num sentido ou noutro.

Nem se poderá apelar com as discordâncias, mesmo que fundamentadas, em força teórica dos argumentos, existentes televisualmente a Belém para que o eleito opte num sentido.

Nem se poderá apelar com o "papão" do futuro desentendimento entre uma maioria parlamentar e o Presidente para, atemorizando o eleitorado, o fazer votar noutro sentido.

Cada força tem o prestígio e os argumentos que tem. Não será legítimo usar mais este argumento de ocasião, que, longe de ser esclarecedor da opinião pública, só é perturbador e a prisionaria de uma forma democraticamente inaceitável.

Além de que seria mais uma prova da fraqueza de quem a usasse na liça eleitoral.

# UCD: divergências quanto à vinda de Suárez

Manuel Lopez, em Madrid

A vinda de Adolfo Suárez a Portugal para tomar parte na campanha eleitoral da Aliança Democrática é considerada, em meios da UCD, como projecto possível, mas longe de uma decisão, embora dependente da evolução política e do próprio comportamento de Felipe Gonzalez, cuja deslocação a Lisboa chegou a estar em dúvida. Fontes da UCD disseram a «O Jornal» que terá de haver uma atitude coerente neste domínio para que não se suscitem «críticos desnecessários». Um anúncio pode ser feito em próxima conferência de imprensa.

Por uma fonte oficial da UCD, a nível da sua direcção, que nos confirmou a viagem de Suárez, possivelmente para tomar parte no comício que a AD promoverá, a 10 de Novembro, no Porto. Mas, curiosamente, em meios da UCD que não apoiam a viagem do primeiro-ministro espanhol, invoca-se como argumento impeditivo da deslocação a imagem muito diritista que é atribuída, em Espanha, ao acordo tripartido de AD e os inconvenientes para a política espanhola e para as relações com Portugal que poderão resultar de uma participação muito directa do primeiro-ministro Adolfo Suárez na campanha eleitoral da AD. Existem mesmo no seio da UCD sectores incondicionais no apoio à Aliança e outros que lhe põem muitas reservas. O secretário das Relações Internacionais, Javier Ruperez estaria entre os que mais têm estimulado e dinamizado as acções de apoio à AD.

Entretanto, é dada como mais ou menos certa a deslocação a Portugal de outros dirigentes da UCD, como o secretário-geral da UCED,

Rafael Arias Salgado, e o líder do sector mais à esquerda da UCD, o social-democrata Fernandez Ordonez, que desde há anos mantêm excelentes relações com Sá Carneiro.

Quanto a outros apoios da UCD à campanha eleitoral da AD, sabemos que a UCD continua a manter uma assessoria técnica em Lisboa para apoiar todos os aspectos da propaganda dos partidos da Aliança. Uma fonte da UCD negou contudo que a televisão espanhola estivesse a produzir filmes sobre a campanha ou para a campanha.

o jornal

31-10-79

... / ... r-  
a di-  
tivamente  
a Anselmo  
es, nós os ra-  
do processo cu-  
orientação de Fidel  
ndemos, porém, que  
contribuições do so-  
mesmo marxista,  
cem a experiência no  
aho da libertação dos vários  
ses"  
Após a reunião da OLP em  
nesse sentido, que o  
partido apoia a libertação da  
Palestina e nesse sentido vai tam-  
bém a quase totalidade da Inter-  
nacional Socialista. Daí que o  
"problema-OLP" tenha sido ins-  
crito nesta reunião na 4.ª  
prioridade, deixando a 8.ª, ordem  
em que era considerado antes do  
encontro de Viena.

A América Latina esteve representada, em força, no Bureau da I.S.; Argentina, Chile, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Paraguai, Venezuela, México e como convidados ou observadores a Bolívia, o Brasil, a Nicarágua, o Peru e Porto Rico.

Do Brasil chegou Leonel Brizola que ainda há pouco, se encontrava exilado em Portugal e que já entrevistámos, por mais de uma vez, para o EXPRESSO. Brizola chegou um pouco mais magro, mas mais optimista que nunca. Tão optimista como Mário Soares. Brizola, no entanto, disse-nos que espera e por isso vai lutar, que os partidos sejam uma realidade no Brasil antes da Constituinte, recusando a opinião daqueles que pensam que os partidos devem aparecer só depois desta assembleia. "Os partidos são a antecâmara da Constituinte, sublinhou".

## Magalhães Mota: a entrada na I.S.

Quem ainda tivesse dúvidas sobre se os elementos da ASDI iriam apoiar o P.S., tirá-las-ia perdido ao conversar com alguns deles durante o jantar no Hotel Altis ou, depois, no comício.

Magalhães Mota, sempre sorridente e bem-disposto como é



Magalhães Mota: solidariedade com o PS

seu hábito, disse-nos, em conversa informal, que o seu discurso no comício de apoio ao P.S. poderia ser mal interpretado. "E o preço que temos de pagar. Mas ficamos com uma porta aberta para a Internacional Socialista, começando assim a criar-se uma dinâmica. Vou participar no comício como social-democrata, que sempre fui", acrescentou.

No comício teria Magalhães Mota ocasião de afirmar a sua linha autónoma, mas uma linha social-democrata, comício onde seria abraçado por Mário Soares e muito aplaudido pelos militantes que enchiam o Pavilhão dos Desportos.

A propósito de uma possível entrada da ASDI, depois de transformada em partido, projecto que vai ser concretizado segundo nos garantiram, perguntámos a Mário Soares qual a sua opinião. Mário Soares dir-nos-ia, sem margem para quaisquer dúvidas, que não. Que a ASDI, ou o Partido Social-democrata dela emergente, não entraria na I. S. Tal pretensão significa desconhecimento, segundo nos disse, dos mecanismos da organização. Apenas existem na I.S. dois partidos nos países (como acontece, por exemplo, com a

Itália) em que o Partido Socialista ou Social-Democrata se cindiu em dois".

## Comício

A Internacional Socialista lançou todo o seu peso no apoio ao P.S. português, pedindo alguns dos oradores votos para o partido de Mário Soares e fazendo-o em termos vibrantes. Willy Brandt abriu a série das intervenções, começando por falar em português e depois em francês. Um Willy Brandt em plena força e sempre atento a todos os discursos, que aplaudia com entusiasmo.

Desfilaram, depois, na tribuna dos oradores, Irene Petry, Presidente do Ramo Feminino da Internacional Socialista. Depois, Leopoldo Senghor, que se referiu largamente à descolonização e no diálogo encetado a seguir no 25 de Abril com Mário Soares. Mitterand seria apresentado como "um líder socialista que está no coração de todos vós", referência afectiva que terá pretendido esquecer alguns diferendos. Depois foi a vez de Eden Pastora, o comandante Zero que, embora não pertencendo à I.S., quis estar presente para "aprender do internacionalismo socialista aquilo que se pode aplicar no meu país". E falaram, ainda, em tom épico, o ex-Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, Leonel Brizola, Bettino Craxi, do P.S. italiano e Francisco Peña Gomez, do Partido Revolucionário Dominicano. Felipe Gonzalez definiu a ditadura que se abateu sobre Portugal e Espanha, como uma ditadura de duas patas e duas cabeças e, por isso, Portugal e Espanha têm de ser solidários nos caminhos da democracia, considerando que o socialismo aprofunda a democracia e vice-versa.

Por último, foi a vez de Mário Soares que frisaria: "não é por acaso que podemos apresentar aqui tantas personalidades de renome internacional. Desafiámos a coligação, mesmo que de quatro partidos, a ver se é capaz de fazer o mesmo. Em 1975 dissemos, a Europa está connosco. Agora podemos afirmar que já não é apenas a Europa, mas o mundo, aqui presente através dos partidos Socialistas, Sociais-democratas, Trabalhistas e ainda diversos movimentos de libertação".

Fundação Cuidar o Futuro



# «Dezenas de países atestam prestígio do PS»

acaso. Ou, por outra, que é por feliz coincidência. Evidentemente que nós estamos muito satisfeitos que todos os partidos progressistas do mundo, não apenas os filiados na Internacional Socialista, quer sejam socialistas-democratas, socialistas e trabalhistas, movimentos de libertação africana, da América Latina e de outras partes do globo, se sintam impelidos a vir a Portugal, não só pelo bureau e pela Internacional Socialista, mas, também, para mostrarem, de algum modo, a sua solidariedade com o Partido Socialista. Não há dúvida de que as várias dezenas de países aqui representados atestam o prestígio internacional dos socialistas portugueses e, sublinhe-se (sem modéstia), que nenhum outro partido português — seja ele qual for — era capaz de reunir aqui tantas e tão variadas personalidades mundiais.

## TODA A GENTE RECONHECE O PRESTÍGIO DO PS

«T» — Em seu entender, esta prova de crédito e de solidariedade de internacionais não poderá, por assim dizer, vir a fazer reverter mais votos para o seu partido nas eleições que se avizinham?

M.S. — Bem, não é novidade para ninguém que nos tempos de crise, toda a gente do nosso País reconhece o prestígio de que o Partido Socialista goza não somente por parte dos países onde o socialismo democrático está implantado, e reconhece igualmente as nossas boas relações com a administração americana e, mesmo, com países do mundo comunista.

## A REUNIÃO DA INTERNACIONAL SOCIALISTA E O MOMENTO POLÍTICO

Não esqueçamos o esclarecimento de Rui Mateus, secretário nacional do Partido Socialista e responsável do departamento de relações internacionais, que recordou ter sido marcada a reunião do «bureau» da Internacional Socialista muito antes de terem sido convocadas as nossas «eleições intercalaras». Mas o facto desta reunião ter lugar em Lisboa, neste momento político, assume, sem discussão, relevo e importância.

Não é prudente que a «direita» ignore — sejam quais forem as limitações que se formuem em relação ao entusiasmo afirmativo de Mário Soares — que vieram a Portugal os representantes de partidos que — sendo governo ou sendo oposição — têm uma influência decisiva na política europeia, uma presença nas organizações internacionais, uma força apreciável em vastas áreas geográficas.

Mário Soares teve possibilidade de afirmar no comício do Pavilhão dos Desportos que: «O mundo democrático apoia os socialistas portugueses...». Gostaríamos mais de o ter ouvido proclamar que o mundo democrático se emocionou com a queda do fascismo safazarento, que aplaudiu a Revolução de Abril, que hoje apoia o nosso esforço de construção de um Portugal democrático aberto à esperança socialista.

Mas acompanhamos o secretário-geral do Partido Socialista quando das suas palavras se conclui a necessidade de bater eleitoralmente a reacção. Perante políticos europeus da crecheira de um Willy Brandt, de um François Mitterrand, de um Bettino Craxi, de um Felipe Gonzalez, Mário Soares afirmou: «Se, em Portugal, o bloco conservador monárquico tomasse o Poder, acabaria por destruir a Constituição...». E liquidaria, com a Constituição, todas as conquistas políticas, económicas e sociais de Abril.

Ainda agora, por exemplo, ao mesmo tempo que aqui está a decorrer esta reunião, vai partir para a Argélia uma delegação do Partido Socialista, presidida pelo nosso camarada Francisco Salgado Zenha e da qual também faz parte o nosso camarada Tito de Morais, para participar no aniversário da Revolução argelina. Porque eles nos telefonaram e exigiram a presença de Portugal e do nosso partido nas suas comemorações. Ora esta e outras solicitações são bem a prova do prestígio e do apoio internacionais de que, mundialmente, o Partido Socialista goza. E suponho que nem sequer constitui surpresa ou novidade para ninguém.

## A FORMAÇÃO DA ALIANÇA É A PROVA DE QUE O PSD NÃO É SOCIAL-DEMOCRATA

«T» — Só lhe iria formular uma terceira pergunta, uma vez que se encontra já, creio, atrasado.

Acha que o partido do dr. Francisco de Sá Carneiro, ao ter contribuído para a formação da Aliança Democrática, se terá afastado dos partidos sociais-democratas europeus?

M.S. — Nunca estive próximo dos sociais-democratas europeus! O partido do sr. dr. Sá Carneiro nunca teve o menor reconhecimento, nem sequer audiência! Nem diálogos! Nunca ninguém o reconheceu como social-democrata!



Isso foi, digamos, um equívoco.

Penso que, com a formação da Aliança, esse equívoco foi completamente desfeito. Repare que está hoje integrado numa Aliança que toda a gente considera de Direita. A completa contribuição e cobertura que o partido de Sá Carneiro deu para tal formação é a demonstração — como nós sempre dissemos —, de que o PSD nunca foi social-democrata. Era e sempre foi um partido liberal ou outra coisa qualquer.

Além, todos aqueles que tomaram a sério o seu programa e se consideraram sociais-democratas — no âmbito do socialismo democrático —, saíram do PSD. A título exemplificativo, nós teremos, no comício do Pavilhão dos Desportos, a presença de Magalhães Mota, que secedará em nome da ASDI, os sociais-democratas do mundo inteiro.

## Fundação Cuidar o Futuro

### Diário de Lisboa

Quarta-feira, 31 de Outubro de 1979

Em nosso juízo esta conclusão política implica uma estratégia. E não só para estas «eleições intercalaras». A intervenção de um orador da ASDI no comício de ontem poderá ser considerada como uma componente dessa estratégia. A outra componente terá que ser encontrada na abertura à «esquerda».

«A presença dos sociais-democratas independentes neste comício é uma forma de reafirmar que não há democracia sem pluralismo», explicou Magalhães Mota. São de aplaudir as suas palavras de crítica à «lógica do projecto bipolarizador».

O «projecto bipolarizador», no caso de uma vitória eleitoral da «Aliança democrática», consagraria a divisão da sociedade portuguesa, renovaria querelas dramáticas, cria um clima de guerra civil. E é isso que a Europa não aceita. E é o renascimento de uma direita inquisitorial, ultramontana, inquisitorial, digamos numa palavra — fascizante, que a opinião pública mundial não consentirá.

Os socialistas e os sociais-democratas da Internacional Socialista vieram dizê-lo a Lisboa. Afirmaram-no com a sua presença. Vieram apoiar este nosso Partido Socialista? Sem dúvida. E é natural que o tivessem feito. Mas vieram, também, nesta conjuntura política delicada, dizer à «direita» portuguesa que um vasto sector da opinião pública mundial apoia a Democracia portuguesa.

Sabemos, igualmente, que no apoio ao Partido Socialista não se esgota a solidariedade internacional à Democracia portuguesa. Teremos esquecido — para falar de um facto recente — a visita de Berlinguer? Estaremos desvalorizando a escolha de Lisboa para a realização da Conferência Mundial de Solidariedade ao Povo Árabe e à sua causa central: a Palestina?

## Ofensiva do PCP

Em Lisboa, tem-se registado, nos últimos tempos uma intensa actividade de diplomatas árabes, sublinhando muitos observadores que, para além dos tradicionais interlocutores oficiais, começa a

"carta árabe", ainda que algumas delas manifestem certas reticências ou limitações.

Assim, por exemplo, são notórias as reticências do CDS aos objectivos e à actuação da OLP, bem como ao seu progressivo acolhimento no contexto dos países árabes.

Quanto ao PS têm sido

ser visível uma preocupação por parte dos representantes destes países em multiplicar contactos junto das forças políticas portuguesas.

Estas correspondem com uma atenção muito especial à

ultrapassados os obstáculos decorrentes da intervenção socialista no processo de estabelecimento de relações diplomáticas com Israel.

Mas, continua a ser o PCP o partido com o papel mais activo em matéria de contactos com o mundo árabe, papel este que, segundo a generalidade dos observadores, avulta na preparação da "Conferência Mundial de Apoio ao Povo Árabe e à Palestina".

A influência comunista na Organização da Conferência tornou-se mais visível a partir da divulgação dos seus documentos preliminares.

Estes documentos contêm ataques frontais aos Acordos de Camp David e ao imperialismo norte-americano, acompanhados de elogios abertos à URSS.

Curiosamente, os ataques ao

## Capitalizar

Em círculos ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português pensa-se que poderá haver por parte do nosso Governo um esforço para capitalizar dividendos junto do Mundo Árabe com a realização da "Conferência Mundial de Apoio ao Povo Árabe", em Lisboa, apesar de a mesma não contar com qualquer patrocínio oficial.

Alguns dividendos pensa ainda o Governo retirar da solução encontrada com a vinda de Yasser Arafat, no-

sionismo silenciam a exigência do desaparecimento do Estado de Israel, em paralelo com uma posição que corresponde ao "new-look" da OLP.

A excessiva influência comunista, em larga medida considerada correcta com o papel do "Conselho Mundial para a Paz", poderá mesmo justificar a ausência de representantes oficiais dos países árabes mais moderados.

## A tentativa de construir uma alternativa

O PS e o PSD têm tentado evitar que o domínio dos contactos com o Mundo Árabe seja monopólio de um único partido.

Dal que, sem terem um papel tão amplo quanto o do PCP manifestem, através de dirigentes seus o seu interesse pela próxima Conferência.

Um parlamentar socialista, Fernando Loureiro, é membro do Secretariado da Conferência e um dos oradores oficiais.

O dirigente social-democrata Nuno Rodrigues dos Santos pertence por seu turno à Comissão Nacional da Conferência.

O PSD tem revelado um interesse mais activo na actividade nos países árabes, tentando contrabalançar a posição do PCP através de uma via de penetração ligada à "Associação dos Amigos dos Países Árabes" (onde Suleyman Vally Mamede tem, desde sempre, um papel destacado), e da respectiva influência de natureza religiosa.

meadamente com o seu encontro com o Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo.

Para além da Conferência de Lisboa, o Governo tenta abrir toda uma série de outras vias para facilitar o diálogo com os Países Árabes.

Esta orientação tem sido visível sobretudo a partir de Nova Iorque e das posições assumidas na ONU e noutras instâncias internacionais, posições essas que demonstram uma acentuada simpatia da política externa portuguesa pela causa árabe.

Neste contexto, se insere o recente convite para uma visita oficial ao Iraque, endereçado a Maria de Lurdes Pintasilgo, destinado a efectuar-se nas últimas semanas de Dezembro, e que a Primeiro-Ministro não pôde aceitar definitivamente por não saber se, nessa altura, a Assembleia da República se encontra já instalada, apesar de manifestar uma atitude de princípio favorável ao convite (conforme afirmou na entrevista concedida ao EXPRESSO há oito dias).

De resto, Maria de Lurdes Pintasilgo já conhece o Iraque aonde se deslocou no ano passado, em visita não-oficial.

Por outro lado, o ministro dos Negócios estrangeiros, Freitas Cruz, deve deslocar-se muito em breve à Síria, ao Barhein, e à Líbia (na sequência de convites formulados durante a sua estada em Nova Iorque), e também à Jordânia que o convidou nas últimas semanas.

31 Outubro 1979

"POVO LIVRE"

# Relações do PSD com o Mundo Árabe

A Comissão de Relações Internacionais do Partido Social-Democrata recebeu ultimamente, na Sede Nacional, várias delegações do

Mundo Árabe para trocas de pontos de vista.

No dia 26 de Setembro foi recebido o sr. Abdullah Hourami - membro dos Con-

selhos Executivo e Nacional da OLP director do Departamento de Informação (Beirute) e ministro da Informação do "Gabinete-sombra"

A 17 de Outubro o sr. Ali Al-Hilal - Embaixador do Kuwait em Madrid, e Ahmed Bujari - representante da Frente Polisário em Madrid.

No dia 18 do corrente, o sr. Omar Al-Hamidi - Secretário-Geral do Congresso Geral do Povo Árabe, Presidente do Secretariado Provisório Internacional da Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe.

Quanto à Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe, a realizar em Lisboa de 2 a 6 de Novembro, saienta-se que deram a sua adesão as seguintes personalidades do PSD: Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Pinto Balsemão, António d'Orey Capucho, Suleiman Vally Mamede, António Patrício Gouveia, Ângelo Correia, Luís Nandim de Carvalho, João Cordeiro Pereira, Fernando Tavares de Carvalho, Cândido Nogueira de Campos, José Augusto Oliveira Baptista e Marcelo Rebelo de Sousa

Da Comissão Nacional Portuguesa, da Conferência, fazem parte os seguintes militantes do PSD: Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco P. Balsemão, Vally Mamede, Ângelo Correia e Nandim de Carvalho.



# Políticas externas em excesso

A PARTIR do início de Outubro, as actividades de política externa têm conhecido em Portugal uma invulgar animação, tanto a nível dos órgãos de soberania como a nível das forças políticas.

Foi a visita de Enrico Berlinguer, secretário-geral do PC italiano, com todo o seu significado em matéria de aproximações e de distanciamentos relativamente ao PCP. Foi a Conferência sobre a Economia Portuguesa, com toda a sua ênfase quanto à adesão portuguesa à CEE, apesar da aparência tecnocrática e de pluralismo de participantes. Foi a viagem oficial de Emile van Lennep, secretário-geral da OCDE com toda a sua intenção de ajuda em termos ocidentais a um país que o Ocidente gostaria de saber inequivocamente ocidental. Foi a Mesa Redonda sobre a Nova Ordem Internacional, patrocinada pela Presidência da República e organizada pelo conselheiro da Revolução, tenente-coronel Meio Antunes, com toda a sua carga terceiro-mundista, reforçada pelo discurso de Ramalho Eanes e por algumas presenças, como a de Amadou M'bow, director-geral da UNESCO, que funcionou também como elo de ligação ao Primeiro Ministro português, Maria de Lurdes Pintasilgo. É, agora a deslocação oficial a Portugal de Manuel Pinto da Costa, Presidente de S. Tomé e Príncipe, com toda a ressonância do caso Trovoada e com toda a simpatia por um país que não tem contenciosos graves com Portugal. Será, para a se-

mana, a reunião em Lisboa da Internacional Socialista, com todo o seu peso na campanha do PS e na política perante o Terceiro Mundo dos partidos socialistas e sociais-democratas nela filiados. Será, a seguir, a audiência de Margaret Thatcher, Primeiro Ministro britânico, aos dirigentes da Aliança Democrática, com toda a sua influência na projecção internacional da Aliança, que esta pretende também utilizar para a campanha, recorrendo a outros líderes europeus. Será a Conferência de Apoio à Causa Árabe, com toda a sua repercussão internacional, enaltecida pela presença de Yasser Arafat, Presidente da OLP, e submetida, no plano interno, às pressões de elementos PC e PS sem que o PSD aceite ficar de fora da jogada.

Os exemplos seriam multiplicáveis, mas bastarão os que foram dados para se detectar o impulso súbito dado às relações internacionais, neste começo de ano político.

Presidente da República, Conselho da Revolução, Governo, partidos, para não falar de outras forças (lembre-se o caso UGT-INTER, a propósito da delegação portuguesa à OIT) empenham-se, assim, denodadamente em acções de política externa puxando cada qual a brasa à sua sardinha, ou até a mais de uma sardinha, como parece ser o caso do Presidente da República.

É certo que boa parte destas acções são para eleitor ver, ou seja, têm objectivos internos. Mas todas elas têm efeitos externos, e se as observamos em conjunto, verificaremos que dão de Portugal uma imagem confusa e contraditória.

Essa imagem não serve o interesse nacional. A política externa tem de reunir o consenso do maior número possível de instituições que se encontrem a nível para não necessitar sofrer alterações profundas, quando se verifiquem internamente as saudáveis alternâncias do poder próprias dos regimes democráticos. Na Suécia, por exemplo, os partidos ditos burgueses, quando regressaram ao poder, não alteraram as grandes linhas da política externa seguida durante largos anos pelo Partido Social Democrata. O mesmo se pode dizer quanto às sucessivas coligações que vão governando a Bélgica, a Holanda ou a Dinamarca, e até o Governo conservador inglês teve de alterar a sua posição quanto ao Zimbábue.

Em Portugal, em vez de se procurarem e seguirem as principais coordenadas da nossa política externa, prosseguem as diplomacias paralelas que só enfraquecem a nossa posição internacional.

Estas primeiras semanas de Outubro são prova disso. Prova clara de que o poder está disperso e é instável. Prova grave de que é tal a ansia de marcar pontos e criar situações dificilmente reversíveis, que não se espera ao menos pelas eleições para se saber o que a maioria dos portugueses pretende que o seu país seja no mundo em que vivemos.

# Política externa ou promoção pessoal?

O ISOLAMENTO internacional a que o anterior regime político obrigara Portugal parece ter estado na origem de uma acentuada e salutar ênfase, dada no nosso país, logo após o 25 de Abril de 1974, a toda a problemática das relações externas que veio a motivar crescentemente as forças políticas e sociais. Lisboa tornou-se, por outro lado, uma cidade visitada anualmente por políticos bem conhecidos da cena mundial e um palco bastantes vezes escolhido para conferências e seminários internacionais.

Em todo este processo houve, como é natural, um excesso de entusiasmo em muitas realizações, uma ausência de hierarquização de objectivos e de selecção de prioridades que o momento que se vivia justificava bastante. Os anos difíceis de 1974 e 75 determinaram, por outro lado, uma crescente corrida aos apoios internacionais e a falta de um poder político estável, a par com as mais variadas jogadas políticas e pessoais, fez com que se multiplicassem os centros de decisão em matéria de política externa e os canais de condução da diplomacia portuguesa.

Tudo isto, visto à distância, é compreensível face à conjuntura que se vivia então. Menos compreensíveis parecem ser alguns acontecimentos mais recentes que vieram demonstrar que a confusão que inicialmente se registava nesta matéria e que então se poderia atribuir a factores normais num período revolucionário se mantém com toda a carga de implicações negativas de que se pode revestir.

O Seminário Sobre a Nova Ordem Económica Internacional que a Presidência da República decidiu promover em Portugal em ligação com a UNESCO e cujos resultados continuaram a ser explorados e prolongados por alguns órgãos de comunicação social durante a semana que terminou, emergiu de um conjunto de acontecimentos no domínio das relações externas como o mais controverso e aquele que mais questões coloca para a orientação da política externa portuguesa.

Que Portugal se interesse pela procura de uma Nova Ordem Económica Internacional parece não só normal como até isolado, mas que daí se tire como consequência que o interesse português seja remido em termos de justificar um empenhamento tão grande do Presidente da República e do primeiro-ministro vai um grande passo, sobretudo quando se pensa no pouco interesse que as mesmas entidades têm merecido outras iniciativas viradas para áreas que se diriam prioritárias nas nossas opções externas como sejam a integração europeia.

Se a ideia é a de que, através destas acções, se conseguem marcar pontos junto dos países do Terceiro Mundo, então também não se poderá deixar de comentar que se assiste de novo ao relançamento de um equívoco que marcou certa fase da evolução política portuguesa e que se reconduz à saber se Portugal era um país europeu ou um país do Terceiro Mundo. Julgar-se-in que tinha ficado, então, bem claro não só que a opção do povo português era a europeia (expressa em termos de resultados eleitorais através da votação nos partidos que defendiam a adesão à CEE), como que, para os próprios países do chamado "Terceiro Mundo", Portugal era um interlocutor ideal enquanto parceiro europeu e integrado no Bloco Ocidental, onde se poderia fazer intérprete de algumas das suas reivindicações.

Claro que toda a enorme aptidão demonstrada ao longo dos últimos anos em Portugal pela política externa não pode ser desligada da noção daqueles que nela viam um veículo de promoção pessoal fundamental. Para muitos políticos em todo isto o que mais interessava era o prestígio exterior. E apertadamente esta concepção que pode justificar muitos dos esforços a que se assiste actualmente.

Expresso

27 — OUTUBRO — 1979



# Arcebispo de Braga critica socialistas

• Há aspectos do programa do PS que "exigem sérias reservas a uma consciência cristã e católica" e "não pode também deixar de causar certa estranheza a colagem que se verifica frequentemente entre o PS e o PC"

... ao partido, Mário Soares foi à Azambuja e ao Cartaxo, seguiu depois para o Norte, e anunciou-se já que visitará proximamente o distrito de Leiria. Na sua "peregrinação" nortenha, Soares manteve encontros com o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e com o arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira. Depois do primeiro encontro, Soares, ao jeito de "papá" político, distribuiu o seu carisma pelas ruas tortuosas do Barredo, a cojas desprotegidas populações pediu o voto e prometeu muitas coisas, que não deu quando foi Governo.

Em Braga, após a audiência com D. Eurico Nogueira, Soares referiu que o encontro fora de "uma grande cordialidade" e de "debate muito rico e muito interessante". Sobre a verdadeira intencionalidade destas reuniões de Soares com a hierarquia da Igreja, que — conforme temos dito — são para impressionar o eleitorado, o secretário-geral nada disse. No entanto, D. Eurico Dias Nogueira, sem se pronunciar globalmente sobre o PS, não deixou de aludir a aspectos do seu programa, que "pelos menos, exigem sérias reservas a uma consciência cristã e católica". O prelado referiu concretamente os casos do aborto e do divórcio.

Ainda segundo D. Eurico Dias Nogueira, "não se pode também deixar de causar certa estranheza à colagem que na prática se verifica frequentemente entre o PS e o PC", bem como o "modo acinioso ou pelo menos desleigante, como certos expoentes do PS se referem sistematicamente à Igreja Católica e a alguns dos seus pastores responsáveis". Só

nos perguntamos como se terá sentido Raul Rego, que acompanhou Soares à audiência, e que na "Acção Socialista", bem recentemente, classificou alguns bispos como "servidores do mais reles colonialismo"?

Mário Soares  
"Comércio do Porto"  
4 NOV.79

## OS CATÓLICOS E A POSIÇÃO OFICIAL DA IGREJA

— Não é segredo para ninguém que o peso da Igreja católica tem ainda grande influência numa grande percentagem do eleitorado nacional. Que posição tem o PS relativamente às recentes declarações de alguns membros da hierarquia eclesial? Como comenta essas declarações?

— «Se se refere às recentes declarações de alguns membros da hierarquia eclesial, que tiveram declarações das quais se poderá inferir um apoio político às forças de direita, remeta-o para a nota do Conselho Permanente do Episcopado Português. Essa nota é perfeitamente correcta e sintonizada com o espírito não-convencional da Igreja, com a abertura da Igreja à democracia e com o respeito pela diferenciação e a não intervenção que deve existir entre os problemas religiosos e os problemas políticos. A Igreja tem que ser respeitada em Portugal e merece ser respeitada, pela contribuição extraordinária que tem dado como instituição, ao longo dos séculos, para a nossa identidade nacional e cultural. A Igreja não deve, porém, como diz o Conselho Permanente do Episcopado, intervir nos assuntos políticos directos, porque não é essa a sua missão. Por isso, quando algum padre ou mesmo algum bispo, vindo do antigo ultramar português, faz afirmações contrárias a esta posição oficial da Igreja, são eles que estão em falta e não naturalmente os democratas.

— O encontro com o senhor Bispo do Porto teve alguns resultados positivos neste contexto? — «É, para mim, sempre extremamente importante poder encontrar-me com o senhor Bispo do Porto. Em primeiro lugar, porque tenho com ele relações de cordialidade, e muito sólidas, desde os tempos em que D. António Ferreira Gomes esteve no exílio e o visitei, como sucedeu várias vezes, em Roma, em Lourdes e em Salamanca. Em segundo lugar, porque é agradável poder trocar ideias e impressões com um homem tão altamente informado e que tem um pensamento tão enriquecedor e tão denso como é o do senhor Bispo do Porto, que, além de ser uma figura altamente prestigiada da Igreja, é um pensador e um homem de grande cultura. Por isso, foi importante, para mim, trocar impressões com o senhor Bispo do Porto. E mais uma vez verifiquei que me sentia sintonizado com os valores evangélicos que a Igreja defende, aberta como é aos pobres, aos humildes e aqueles que são os mais desfavorecidos da sociedade portuguesa. O Partido Socialista é o partido dos pobres, o partido da tolerância, do diálogo e da abertura e, portanto, não pode deixar de se sentir sintonizado com a mensagem evangélica.

ACÇÃO SOCIALISTA 25 DE OUTUBRO DE 1979... das os direitos e do próprio sistema político-institucional, criado a partir de 1976.

O Povo Português sabe hoje o que o tem para perder — apesar do seu atraso e subdesenvolvimento. Sabe que o 25 de Abril é uma data do Povo — digam o que disserem aqueles que o querem enganar — e sabe que o Partido Socialista é o seu partido, na medida em que luta em defesa dos seus interesses e em que é neste País, a única alternativa válida de poder para um governo de direita conservadora-monárquica.

Os meios reacçãoários, conhecedores da implantação nacional do Partido Socialista e da sua força — radicado como está na alma popular — têm procurado especular com os sentimentos religiosos do Povo Português, na mira de ganhar votos, insistindo na tónica do partido marxista, com o objectivo claro de confundir o PS com o PC, matando tudo no mesmo saco, e de insinuar o pseudo ateísmo dos socialistas. Tais especulações, além de falsas, são perigosas, porque tentam criar divisões religiosas onde elas não existem. Perigosas, sobretudo, para a Igreja, cuja função espiritual não pode ser perturbada por mesquinhos cálculos conjunturais de carácter político eleitoralista.

Felizmente, o 25 de Abril não reabriu a questão religiosa tão funesta à República. A Igreja Portuguesa, também ela marcada pelos ensinamentos do Concílio Vaticano II, sorriu-se à modernidade, à democracia e à compreensão da urgência imperiosa das grandes reformas sociais. A Igreja dos pobres, de João XXIII, não aceita — e muito bem — pôr-se ao serviço de interesses sórdidos de classe e, simultaneamente, alienar as grandes massas exploradas.

O Partido Socialista, fronteira da liberdade, à direita e à esquerda, sempre teve um cuidado extremo em defender, não apenas em palavras mas principalmente em actos, a liberdade religiosa. Porque, por outro lado, sempre se sentiu profundamente ligado à Igreja, com a consciência do Evangelho e dos pobres, aberto aos grandes anseios de justiça social, que marcam o nosso tempo, respeitador, como nenhum outro, dos direitos e valores humanos, que são a herança perene do cristianismo, o PS é um partido onde coexistem católicos e não católicos, marxistas e não marxistas, protestantes e livres pensadores — unidos todos pelo respeito pelo pensamento alheio e pela comum aspiração de transformar este País, pela vivência do socialismo democrático, em paz e em liberdade.

Lisboa, 23 de Outubro de 1979

Fundação Cidadão Futuro

# «Igreja não tem que dar indicações de voto»

— afirmou Mário Soares no Porto

PORTO (da nossa delegação) — «Eu e o meu partido concordamos integralmente com a posição tomada pelo conselho permanente do episcopado português, isto é, que, a Igreja não tem que dar indicações de voto» — afirmou Mário Soares à saída de uma entrevista com D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto.

Mário Soares, acompanhado de António Macedo e Raul Rego, foi recebido em audiência, durante uma hora e um quarto pelo prelado portuense, no âmbito de uma visita que efectua ao Norte e que se prolongará até segunda-feira.

Abordado pelos jornalistas no final do encontro, que decorreu no Paço Episcopal do Porto, Mário Soares sublinhou que a visita "não foi apenas de cortesia". "Foi — disse — uma visita para trocar impressões com o D. António e para tratar de alguns problemas

que considero importantes para o País e que, naturalmente, a uma figura da Igreja com a autoridade e o prestígio do sr. D. António, não são indiferentes".

"Como se sabe — precisou, o secretário-geral do PS — vamos entrar em campanha eleitoral e há de alguns lados a tentativa de introduzir nesta campanha o problema da discussão da questão religiosa, que é um problema que deve estar totalmente afastado da questão eleitoral".

Depois de se referir à actuação "de certa imprensa que se reclama da Igreja" e recordar a posição do PS no caso da Rádio Renascença ("são factos que às vezes se esquecem e que não deviam ser esquecidos" — disse), Mário Soares frisou que é preciso demonstrar de uma maneira clara que o PS está com a doutrina evangélica da Igreja

o dia 3 de Novembro de 1979

e com a carta pastoral do Conselho Permanente do Episcopado Português, isto é, que a Igreja não deve meter-se nas questões políticas e não deve dar indicações de voto".

Acompanhado de vários elementos do seu partido, Mário Soares dirigiu-se depois a Ramalde, Maia, Ermesinde e Alfena, onde visitou as secções locais daquele partido. À noite, participou num jantar em Santo Tirso, com os candidatos do PS por aquele concelho.

O programa de hoje inclui uma visita à Ribeira, deslocação a Braga, onde será recebido pelo arcebispo D. Eurico Dias Nogueira e, ao fim da tarde, em Matosinhos, participação na sessão de encerramento do encontro de candidatos do PS do distrito do Porto.



# Violência espiritual, violência física e dignidade democrática

Uma campanha eleitoral deve ter como objectivos (observados por todos) o esclarecimento do eleitorado, para que cada eleitor possa votar em plena consciência, com conhecimento real da política e dos homens em que vota.

O nosso Partido procura, na sua actividade, corresponder à dignidade e contribuir para a dignificação da vontade do povo, do regime democrático e da nação portuguesa. No quadro político nacional, o nosso Partido é o partido da dignidade popular, da dignidade democrática, da dignidade nacional.

O nosso Partido conduzirá a sua campanha respeitando rigorosamente o quadro constitucional e a legalidade democrática.

O nosso Partido conduzirá a sua campanha na base da verdade, do rigor na informação, da divulgação clara dos objectivos, do uso das liberdades e do respeito pela liberdade dos outros.

A reacção, que odia a democracia, entende porém de forma diferente uma campanha eleitoral. Entende uma campanha eleitoral como a lei da selva, por um lado, para tentar silenciar e impedir os votos dos adversários, e, por outro lado, para caçar votos ou obrigar ao voto nos seus próprios partidos.

Para a reacção, todas as armas são boas na campanha eleitoral: a mentira, a calúnia, a diversão ideológica, a coacção psicológica, económica, social e religiosa, a provocação, as desordens, os actos terroristas.

Muito haverá a dizer sobre esta matéria. Permitam-me que aqui refira apenas dois importantes aspectos: a violência espiritual e a violência física.

Sobre a violência espiritual é de sublinhar a tentativa que estão fazendo os partidos reaccionários (designadamente o PPD e o CDS) de manipulação dos sentimentos religiosos para coagir os eleitores ao voto nos seus candidatos.

O eixo desta campanha em curso é mostrar uma suposta incompatibilidade entre a qualidade da católica e o voto no PCP.

Não descoremos a uma polémica para a qual a reacção gostaria de arrastar-nos.

Mas temos o dever de esclarecer a este respeito algumas questões essenciais.

O PCP defende firmemente a liberdade religiosa, a liberdade de professar uma crença e de praticar um culto e é firmemente contrário a qualquer ofensas aos sentimentos religiosos dos crentes.

Está foi, e é continuará a ser a orientação do nosso Partido.

O nosso respeito pelas crenças religiosas não é apenas uma posição de princípio. É uma constante da política, da actividade e da conduta dos comunistas.

Não é apenas válida em relação aos cidadãos em geral. É igualmente válida em relação ao nosso próprio Partido.

Quando um novo camarada se inscreve no Partido, não perguntamos se professa ou não professa uma religião, se é ou não é católico.

Como é sabido, milhares de membros do Partido são católicos e entre os católicos membros do Partido correm-se sacerdotes.

Estes nossos camaradas não vêem, nem sentem incompatibilidade entre a sua opção política e a sua crença.

Muitos afirmam mesmo que se sentem mais realizados como cristãos, desde que abraçaram a causa dos trabalhadores e desde que fizeram a sua opção política entrando no único partido que defende consequentemente os interesses, os direitos, as aspirações mais profundas dos explorados e oprimidos, dos que sofrem as injustiças e violências dos poderosos, dos que têm limpa a sua consciência social porque vivem do seu próprio trabalho e não do suor, das privações, da fome, da miséria, do sofrimento e do dor do seu semelhante.

Reconhecemos à Igreja os seus direitos no exercício das suas

funções e actividades. Reconhecemos aos bispos e aos sacerdotes o direito de terem e defenderem as suas opiniões políticas, de pertencerem a partidos políticos tal como quaisquer outros cidadãos portugueses.

Entendemos porém que religião se não deve misturar com política e que não é lícito procurar utilizar meios de pressão religiosa para coagir ao voto em qualquer partido, concretamente, como está a ser feito, em partidos reaccionários.

O lugar próprio para um sacerdote fazer a propaganda eleitoral do seu partido e dignificar a própria religião e o próprio culto não é o púlpito duma igreja, mas a tribuna de um comício.

Embora a nota do Conselho Permanente do Episcopado de 15 de Outubro mantenha numerosos equívocos, consideramos positivo que aí seja explicitado que «a Igreja não se move no terreno da política partidária e, por consequência, não tem partido ou partidos seus».

De desejar seria que estas afirmações fossem confirmadas pela prática.

Em Portugal não existe uma questão religiosa. Nem o povo nem o país estão interessados em criá-la artificialmente apenas para servir planos de golpistas, vantagens eleitorais e interesses mesquinhos e conjunturais das forças do passado fascista e dos seus actuais continuadores.

No Portugal de Abril é porém mais difícil mistificar o povo do que era no tempo do fascismo.

Por isso estamos certos, não só de que cada dia aumentará o número de católicos que virão ao nosso Partido, como também, de que, nas próximas eleições, centenas de milhares de católicos votarão contra a reacção, votarão na Aliança Povo Unido, votarão no Partido Comunista Português.

Sobre a violência física, o terrorismo merece neste momento uma referência especial.

Ontem, camaradas, estive no distrito de Beja. Particpei em comícios e encontros com as populações em Sta. Margarida do Sado, Figueira de Cavaleiros, Ferreira do Alentejo, Tringhes, Beringel, Beja, Trindade, Alameda, Entradas, Castro Verde e Ourique.

Por todo o lado, o povo trabalhador acorre em massa ao apoio do Partido. São homens, são mulheres, são jovens, são velhos, são crianças, são as famílias inteiras.

Por todo o lado, o povo trabalhador mostra uma firme determinação de defender o Portugal de Abril. Por todo o lado apoia o Partido. Por outro lado, em relação às próximas eleições, se apresenta disposto a infligir uma esmagadora derrota às forças reaccionárias e a todos os inimigos da Reforma Agrária, e a garantir através do voto na APU uma grande vitória do Partido Comunista Português.

Os camaradas de Beja admitem que, no distrito, a Aliança Povo Unido, o PCP, venha a alcançar mais de 50% do total dos votos, maioria absoluta.

A reacção treme de medo ante a perspectiva da derrota eleitoral que a espera a escala nacional. Tem particularmente medo da extraordinária vitória da democracia, da vitória da Reforma Agrária, da vitória do PCP, que tudo indica irá registar-se no Alentejo.

Dei as persistentes tentativas reaccionárias, designadamente do PPD e CDS, para desestabilizarem a situação, tentando ainda impedir a realização das eleições ou, pelo menos, impedir que elas se desenvolvam em condições de legalidade, ordem democrática e tranquilidade pública.

Daí as sucessivas provocações terroristas, de que são revoltante exemplo os assassinatos de Montemor-o-Novo, com o seguimento dos atentados bombistas, que os provocadores procuram atribuir aos trabalhadores e aos comunistas, de forma a justificar a sua odiosa campanha visando mostrar que em Alentejo se vive um ambiente «pro-



25/10/79



«insurreccional» e que por isso são necessárias medidas de carácter repressivo e militar.

Esta noite, de novo explodiram bombas no Alentejo. Os objectivos escolhidos não deixam margem a dúvidas. A reacção deita bombas para depois acusar os comunistas de as ter lançado. Trata-se de novas provocações, expressão do rancor e impotência da reacção ante as extraordinárias manifestações de entusiasmo das massas e da confiança no nosso Partido registadas no Alentejo.

A provocação é tão grosseira que não pode enganar ninguém. Mas não deixa de criar inquietação e intranquilidade das populações.

É imperioso descobrir e punir severamente os autores das provocações terroristas.

Só a reacção, na perspectiva da derrota eleitoral, pode estar interessada na criação de um tal clima no Alentejo.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo conservar a grandiosa serenidade que só o cortejo da própria força pode dar.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo estão vitalmente interessados na legalidade e na ordem democrática, na tranquilidade pública, na segurança dos cidadãos.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo estão vitalmente interessados na realização das próximas eleições em condições normais, pois estão certos de alcançar uma vitória esmagadora através de um voto em massa na Aliança Povo Unido, de um voto em massa no Partido Comunista Português.

Mas não é só no Alentejo que está em marcha uma movimentação de massas que conduzirá à vitória democrática.

Com todo o particular significado que lhe confere o facto de ser a capital do país, conferir uma grande concentração operária, ser portadora de grandes tradições revolucionárias e democráticas, representar 1 milhão e 400 mil eleitores (um quinto do eleitorado nacional) e dever eleger 56 deputados — Lisboa com o seu distrito representa um papel de primordial plano nas próximas eleições.

O Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa do PCP, que se realizou hoje em Lisboa, foi uma exaltante demonstração de que os comunistas do distrito de Lisboa estão trabalhando activamente na preparação das batalhas eleitorais que se aproximam. Os comunistas da Organização Regional de Lisboa conduzirão uma campanha política de massas na qual (como foi afirmado nas Conclusões do Encontro) a imaginação criadora, a alegria, a confiança e a serenidade assumem um papel preponderante. Irão mobilizar todas as suas forças e energias. Estão confiantes em que será infligida pesada derrota à Aliança Reaccionária, em que o PCP, no quadro da APU, alcançará uma grande vitória reforçando significativamente as suas posições na Assembleia da República e nas Autarquias.

Em contraste com a política, os métodos e os objectivos fascizantes do PPD e do CDS, com os escândalos e aboatamentos nas autarquias que dirigem, com as rivalidades e a bagunça na vida interna, que leva numerosas zonas do seu eleitorado a abandoná-los na votação; em contraste com as indefinições do PS que levam também a grandes hesitações e indecisões no seu anterior eleitorado; — em todo o país está em pleno desenvolvimento uma poderosa movimentação unitária de massas, apoiando a Aliança Povo Unido, apoiando o PCP, engrossando dia a dia a vaga de vontade e determinação democráticas, que (tudo indica) conquistará, nas próximas eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias, a derrota da reacção, a vitória democrática, e uma grande vitória de Aliança Povo Unido, e uma grande vitória do PCP, e uma grande vitória do Portugal de Abril.

Viva a vitória democrática!  
Viva a Aliança Povo Unido!  
Viva o Partido Comunista Português!

## Patriarca aos padres de Lisboa

## "A Igreja não entra em campanha eleitoral"

O cardeal patriarca de Lisboa, numa reunião efectuada recentemente com padres da diocese, afirmou que «a Igreja não entra em campanha eleitoral».

Segundo informações de fontes fiáveis, cujo teor nos foi confirmado por um porta-voz da curia patriarcal, D. António Ribeiro disse ainda que «o púlpito deverá ser usado unicamente para ajudar os crentes a aprofundar e viver o mistério de Cristo». Por outro lado, salientou «a necessidade de estimular os crentes a participar na vida política», advertindo que deve ser guardado «o máximo cuidado para que não haja nenhuma espécie de manipulação».

Apesar de um discurso de quase uma hora, o cardeal patriarca fez diversas alusões à recente nota do conselho permanente da Conferência Episcopal. Após a publicação dessa nota, ao invés do que seria lógico esperar, diversos bispos têm-se pronunciado sobre a actualidade política em termos de permitir um aproveitamento por jornais da direita, não reflectindo o equilíbrio da referida nota.

Na sua edição de ontem, o matutino «O Dia», titulava, a propósito de uma nota pastoral do bispo da Algarve, D. Ernesto Gonçalves Costa: «Votar em partidos marxistas é trabalhar na própria destruição». Cinco dias antes, no mesmo jornal, uma intervenção de D. Alberto Costa Amaral, bispo de Leiria, era assim titulada: «Há partidos que não merecem o sufrágio dos católicos».

Um dos padres presentes suscitou a questão destas intervenções colocarem a Igreja como apoiante de um fazer de partidos, tendo D. António Ribeiro respondido dizendo que não era da sua competência pronunciar-se acerca de declarações de outros bispos.

O cardeal patriarca de Lisboa di-

vidua a sua dissertação em três partes. A primeira, mais doutrinal, foi voltada para o que pode considerar uma reflexão sobre a Igreja de hoje. Apoiado em numerosas citações de Paulo VI e, sobretudo, de João Paulo II, o cardeal patriarca sustentou a necessidade de ouvir cada homem e estabelecer com ele um diálogo real, envolvendo todas as culturas e ideologias. Exortou os padres a não ceder à crítica negativa dos projectos sociais e ideológicos, mas a superar, pela criatividade e por um sentido positivo, o que antes possa existir de negativo.

A segunda parte da intervenção do prelado foi mais voltada para aspectos práticos de acção pastoral, insistindo nomeadamente na co-responsabilidade do trabalho da Igreja. Por fim, em termos incisivos, abordou o actual momento político e, aludindo veladamente a alguns excessos verbais, exortou a que não se julgassem levemente as pessoas ou as instituições, e a que, nomeadamente, não se caísse em injúrias. «Os ânimos vão aquecendo», disse para a seguir sublinhar que é preciso os pastores manterem a calma e não se esquecerem que são pastores de todos.

Na reunião, que se efectuou na Casa de Retiros de Buncas, participaram cerca de 200 padres, incluindo religiosos ligados à pastoral diocesana de Urban e arredores. Estiveram ainda presentes D. José Polleiro e o bispo resignatário de D. H. Reunião semelhante está prevista para breve com os padres do Oeste.

Acerca do programa religioso televisivo — «Setenta vezes sete» — e do apoio que a Igreja dava a essa iniciativa, o cardeal patriarca, em resposta a um dos presentes, assegurou que a hierarquia tem confiança nas pessoas encarregadas da sua realização.

## o diário

4 de Novembro de 1979

INCIDENTES  
NA IGREJA  
DE LOUROSA

**FORTO (da nossa delegação)** — Um grupo de cerca de três dezenas de energúmenos invadiu, no passado "Dia de Todos os Santos", a igreja de Lourosa, agredindo o padre e vários fiéis que tentavam defendê-lo. Os assaltantes, que agrediram o sacerdote José Alves Coelho junto do altar, queiram forçar o sacerdote a realizar uma procissão.

Não é esta a primeira vez que os padres de Lourosa e das paróquias vizinhas de Mozaltes e S. Paio de Oliveira são alvo de ações violentas por parte de um grupo de indivíduos endinheirados da região e que, sob os mais variados pretextos, atentam contra a liberdade religiosa. Invasão da casa paroquial, actos intimidatórios e mesmo a agressão física ocorrem nasquelas paróquias há cerca de quatro anos.

Entre os agressores foram identificados doze de fábriças corticeiras, que ameaçaram de despedimento os fiéis que se encontravam no templo e que defenderam o padre Alves Coelho. O sacerdote apresentou queixa às autoridades policiais.

Padre levou pancada  
na sua própria igreja

Fundação Cuidar o Futuro

Cm 4.11.79



LOUROSA — A igreja de Lourosa foi palco, na última quinta-feira, de violenta e inusitada alteração entre populares, a qual culminou na agressão ao próprio pároco da freguesia e obrigou à intervenção apaziguadora de forças da GNR local.

O «pivot» do incidente — segundo pessoas da terra — foi um diferendo que opõe a Comissão de Festas de São Miguel ao padre José Alves Coelho, responsável pela paróquia — diferendo que se arrasta há já vários anos e que invariavelmente se inspira nas mais inocentes discordâncias para gerar «explosões».

Desta feita, tudo girou à volta da organização de uma procissão. Na última quinta-feira, um grupo de pessoas pertencentes àquela comissão dirigiu-se à sacristia da Igreja de Lourosa, exigindo ao pároco que fizesse sair uma procissão para o cemitério, em evocação da data litúrgica que se celebrava. O padre José Coelho recusou peremptoriamente.

Houve, por isso, discussão, os ânimos exaltaram-se, dando origem a grupos de opositores; e daí às vias de facto foi um instante. E como, apesar de ser dia de todos-os-santos, ninguém de entre os circunstantes o era, houve um «farto mojar de sopa», em que o recalcitrante pároco foi, no dizer de testemunhas oculares, o «bombo maior da festa».

Porém, perante a ameaça de generalização do conflito, com a chegada de «reforços» para os dois grupos contendores, alguém teve o bom-senso de chamar a GNR, que enviou um piquete para acalmar os ânimos.

O padre José Coelho, referindo-se mais tarde ao incidente, explicou que a procissão do dia de Todos os Santos não se realiza na Lourosa há cerca de seis anos. «Aliás — acrescentou — quem sabe de liturgia sou eu e não a comissão de festas». Em sua opinião, na origem do incidente

não está apenas a questão da procissão, que foi a causa próxima, mas sim, problemas políticos. E recordou, a propósito, que os seus agressores foram os mesmos que agrediram há anos o padre Mário Oliveira (o conhecido padre da Lixa).

Por seu turno, um dos membros da comissão de festas, Rocha Neves, deu a sua versão do incidente. Segundo ele, o actual padre não serve. «Queremos — disse — um padre à altura, que siga o caminho que nós, povo, queremos. Um padre que faça sem resmungar a procissão ao Calvário, as festas de S. Miguel e da Senhora da Saúde».

Rocha Neves revelou também que a intenção da comissão de festas não era agredir o padre, mas sim sequestrá-lo e levá-lo à presença do bispo.

E concluiu: «Por mim não sou de políticas, mas não queremos um padre que na igreja diz para não votarmos nos que têm Mercedes».

# SONDAGEM DA VALIOSO INDÍCIO

São já do nosso conhecimento os resultados da sondagem sobre as próximas eleições encomendada pelo «Correio da Manhã» à empresa especializada Norma, cujos processos de trabalho e linhas de orientação são insuspeitos.

Como já tivemos ocasião de dizer aos nossos leitores, decidimos mandar fazer este inquérito embora conhecendo de antemão a impossibilidade de divulgar os seus resultados, dado que a lei portuguesa, incompreensível e inqualificavelmente, não permite tornar públicos os resultados de sondagens relativas a eleições a partir do momento em que estas sejam anunciadas. Assim, os

nossos leitores lucram apenas por ficarem a saber que o «Correio da Manhã» está devidamente informado sobre tão importante assunto, socorrendo-se dos mesmos meios que a imprensa de todo o Mundo utiliza em idênticas situações.

A lei não proíbe, porém, que descrevamos aos nossos leitores as linhas mestras que orientaram a sondagem em questão, para cada um ficar ciente do valor de semelhante trabalho e reforçar a ideia, já hoje muito conhecida, de que o «Correio da Manhã» é, em matéria de, indubitavelmente, valioso indício sobre o tema posto em causa.

Não podemos dar resultados, infelizmente, repetimos, mas o leitor não será totalmente iludido se atentar nesta página e ler o que se segue na página central. Ficará, pelo menos, a saber algo sobre sondagens.

## VITÓRIA DA 'A.D.'

### — CONVICÇÃO DO CENTRISTA BASÍLIO MORTA

«A vitória da Aliança Democrática será sinónimo de paz e de tranquilidade» — afirmou ontem à noite ao «Correio da Manhã» Basílio Morta, ao considerar que a AD «é cada vez mais a esperança de Portugal».

Mostrando-se confiante no sucesso eleitoral da Aliança, Basílio Morta acrescentou que «os portugueses reconciliam-se com a política e com os políticos através da Aliança Democrática».

Fundação Cuidar o Futuro



De acordo com o pedido do «Correio da Manhã», a NORMA — Organização e Serviços / Marketing / Informática / Formação — levou a cabo em 23, 24 e 25 de Outubro último um estudo sobre as tendências de voto nos principais partidos portugueses nas Eleições Intercalares.

A sondagem incidiu sobre algumas das principais dúvidas, que representam parte importante e diversificada do electorado português.

As dúvidas recolhidas foram Lisboa, Porto, Guarda, Leiria e Beja, tendo o estudo — cujos resultados estão, inicialmente impedidos de tornar públicos — fornecido importantes dados e indícios sobre a futura actuação do electorado, no tocante às suas opções partidárias, nas eleições para a Assembleia da República, em 2 de Dezembro de 1979.

O científico estudo, apontou para os objectivos que a seguir se descrevem, tendo os nossos leitores — impossibilitados pela lei de conhecer os resultados — a consolação de saber que «Correio da Manhã» está informado.

Assim, pretendeu-se saber do conhecimento do voto sobre os partidos ou agrupamentos de partidos conhecidos; da votação nas eleições para a Assembleia da República, em 1976 e da intenção de votação nas próximas eleições para a Assembleia da República.

A sondagem versou, ainda, sobre a probabilidade do voto nos partidos e agrupamentos de partidos que concorrerem às próximas eleições; por um lado e, por outro, na obtenção do opinião sobre o comportamento do electorado nas próximas eleições para a Assembleia da República, comparativamente com as eleições de 1976.

Finalmente — e dado o interesse das instituições, «Correio da Manhã» lamenta profundamente que a lei nos oculte a possibilidade de os compartilharmos com os nossos leitores — o estudo foi proporcionou-nos saber, nesta fase, a intenção de votação dos portugueses nos partidos, ou agrupamentos de partidos com o apoio das listas pluripartidárias de cada distrito.

#### CIENTÍFICO PROCESSO DE AMOSTRAGEM

A amostra incidiu sobre a população com mais de quinze anos, de ambos os sexos, das cidades de Beja, Guarda, Leiria, Lisboa e Porto.

É representativa e o grau de aproximação — depois de complicados processos de verificação — é de ser considerado muito bom.

A imputação do número de entrevistas a cada uma das cinco cidades foi realizada com base no número mínimo considerado ótimo.

Procedeu-se, depois, à determinação dos pontos de partida para cada série de entrevistas em cada cidade; à selecção do prédio e, em seguida, o método «Random Route» e à selecção do indivíduo, segundo o método de «Kish».

As entrevistas foram pessoais e directas, apoiadas num questionário desenhado de modo a evitar intervenção pessoal dos entrevistadores e os votos recolhidos numa «urna» inviolável, segundo o processo «Gallup».

Finalmente, a consistência das informações sobre os diferentes objectivos da sondagem encomendada por «Correio da Manhã» foi ainda testada, através do computador, antes de se proceder ao seu apuramento estatístico que, não é demais frisá-lo, a lei nos impede de dar a conhecer aos nossos leitores.

# Elevado número de votantes indecisos

Na primeira fase da sondagem que, por iniciativa do «TEMPO», se realizou entre 23 e 25 de Outubro nas cidades de Lisboa, Porto, Guarda, Leiria e Beja, destinadas a publicação pelo matutino madrileño «Diário 16», verificou-se que as pessoas inquiridas se encontram, ainda, muito indecisas quanto à respectiva opção relativamente ao partido ou aliança a quem irão entregar o seu voto. Aliás, este comportamento é absolutamente acólável, dado que ainda nem sequer teve início a campanha eleitoral, que decorrerá de 11 a 30 de Novembro. E durante este período que os partidos concorrentes têm à sua disposição a televisão e a rádio públicas para dar a conhecer os seus programas e fazer as suas promessas ao eleitorado.

Em Portugal, a recente Lei Eleitoral proíbe a divulgação de resultados de sondagens ou inquéritos relativos à atitude dos eleitores perante os concorrentes, desde a data da marcação de eleições até ao dia imediato da sua realização. Mas não é proibida a publicação desses resultados em qualquer país nem é proibida a realização de sondagens. Foi nestes termos que o «TEMPO» tomou a iniciativa de realizar estas duas sondagens que o «Diário 16» aceitou publicar em Espanha, na sua edição de 1 de Novembro. As pessoas interessadas nesta primeira sondagem Norma/Gallup poderão, assim, encomendar este jornal espanhol e acompanhar a evolução do eleitorado até à publicação da segunda fase no dia 28 de Novembro, portanto apenas a 4 dias da realização das eleições intercalares em Portugal, pelo referido «Diário 16».

## CARACTERÍSTICAS DA SONDAAGEM

A Norma realizou este estudo sobre as tendências de voto, por parte da população com direito a voto, em cinco cidades escolhidas e que representam uma parte importante do eleitorado, com vista a um estudo comparativo com as principais opções verificadas nas eleições para a Assembleia da República em 1976.

Os objectivos investigados foram os seguintes: conhecimento de partidos, ou alianças de partidos que concorrem às próximas eleições para a Assembleia da República, por parte da população com direito a voto; grau de simpatia pelos partidos ou agrupamentos de partidos conhecidos; votação nas eleições para a Assembleia da República em 1976; intenção de votar nas próximas eleições; probabilidade de voto nos partidos e agrupamentos de partidos concorrentes; opinião sobre o comportamento do eleitorado nas próximas eleições, comparativamente com as eleições de 1976 e votação nos partidos ou alianças de partidos com o apoio de listas plurinominais de cada distrito.

A dimensão da amostra representativa do universo em estudo é de 850 indivíduos em cada uma das fases programadas, distribuídas pelas cinco cidades em causa. Os trabalhos foram realizados por equipas de 26 entrevistadores experientados, tendo a NORMA seguido os métodos da Gallup, como sua representante exclusiva para Portugal. Os trabalhos de recolha da informação foi

mantido confidencialmente, dentro da própria Norma, e foi acompanhado, desde o início, por cinco inspectores (um em cada cidade), que controlaram os métodos de selecção e o preenchimento do questionário. Foram anuladas 29 das 850 entrevistas devido a erros de selecção e de coerência de informações prestadas. A consistência das informações sobre os diferentes objectivos foi ainda testada, através do computador, antes de se proceder ao seu apuramento e análise.

As variáveis utilizadas na análise dos resultados foram de cidade para cidade, por sexo e por grupos etários: de 18 a 34 anos, de 35 a 54 anos e com mais de 55 anos.

### ELEITORES REVELAM TENDÊNCIA PARA AFLUIR AS URNAS

Uma vez que a Lei Eleitoral para a Assembleia da República só proíbe a divulgação de resultados relativos à atitude dos eleitores perante os concorrentes, «TEMPO» publica os re-

sultados apurados nesta primeira fase da sondagem NORMA/GALLUP relativamente à comparação entre os eleitores que votaram em 1976 e que tencionam votar ou não em 1979.

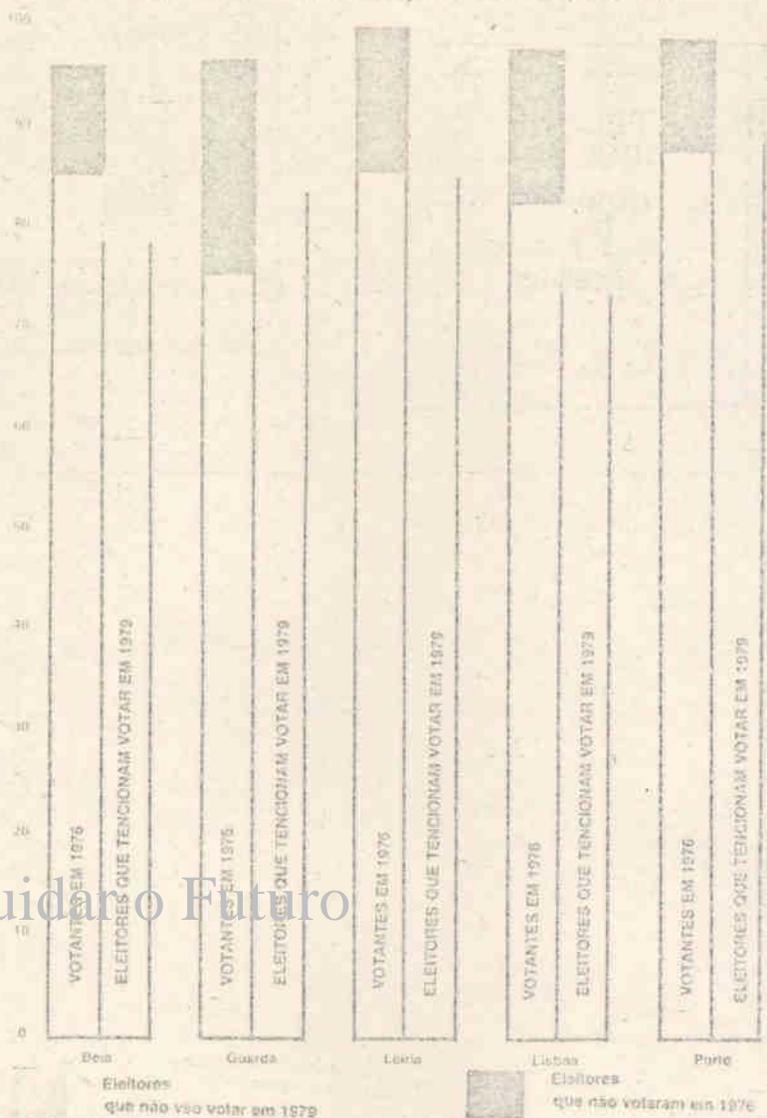
A maior parte dos entrevistados votou nas eleições para a Assembleia da República em 1976, com percentagens que oscilam entre 88,1% no Porto e 85,7% em Leiria. Das respostas negativas há que salientar 20,7% na Guarda (máximo) e 10,6% em Beja (mínimo).

O propósito dos entrevistados votarem em 1979 ficou bem expresso pela análise dos resultados: 89,4% no Porto (máximo) e 74,4% em Lisboa (mínimo).

Quanto aos entrevistados que responderam que não tencionam votar em 1979, salientamos os resultados máximos de 8,7% em Lisboa e 4,1% no Porto.

Quanto aos que votaram em 1976 e que tencionam também votar em 1979, os resultados extremos apurados foram os seguintes: 80,5% no Porto e 68,8% em Lisboa. Entre os

## VOTO EM 1976 E INTENÇÃO DE VOTO EM 1979



que revelaram não desejar votar em 1979, embora tivessem votado em 1976, o índice mais baixo foi na Guarda (1,4%) e o mais alto em Leiria (21,1%).

Quanto à análise por sexos, 83,5% dos homens entrevistados votaram em 1976 e 84,9% das mulheres também. Apenas 13,5% dos homens responderam que não tinham votado em 1976 e 14,1% das mulheres.

Relativamente às eleições de 2 de Dezembro de 1979, 79,9% dos homens disseram que iriam votar e 77,4% das mulheres também, enquanto 8,9% dos homens e 6,3% das mulheres foram categóricos em não tencionarem votar este ano. Ainda, 7% dos homens e 12,5% das mulheres responderam não saber se iriam votar ou não.

Entre os que votaram em 1976 e querem votar em 1979, 74,2% dos homens e 70,2% das mulheres responderam afirmativamente, havendo apenas 2,3% dos homens e 2,2% das mulheres que afirmaram não tencionar votar em 1979.

Quanto aos que não votaram em 1976, 5,3% dos homens e 7,2% das mulheres afirmaram tencionar votar este ano e 5,7% dos homens e 4,1% das mulheres confirmaram não ter tão-pouco intenção de votar.

Somente 5,2% dos homens e 9,5% das mulheres que votaram em 1976 disseram não saber ainda se iriam votar ou não este ano, enquanto 1,7% dos homens e 2,8% das mulheres que não votaram em 1976 responderam que não sabiam ainda se iriam votar agora em 1979.

Finalmente, as informações quanto aos grupos etários revelaram os seguintes resultados:



# DIÁRIO SOCIALISTA INFRINGE A LEI DIVULGANDO RESULTADO DE SONDAAGEM

O grupo etário que mais votou em 1976 foi o de mais de 55 anos (92,7%) e o que menos votou foi o de entre 18 e 34 anos (56,4%). Também em 1976, 6% dos de mais de 55 anos confirmaram não ter votado e 40,2% dos de 18 a 34 anos disseram não terem votado. O terceiro grupo, entre 35 e 54 anos revelou que 92% votaram e 6,5% não votaram em 1976.

Para 2 de Dezembro, 82,9% do grupo entre 35 e 54 vai votar, 79,6% do grupo mais idoso também vai votar e 69,3% do grupo mais jovem revelou, igualmente, intenção de votar. Só 4,1% dos que têm entre 34 e 54 anos disseram que não votariam este ano, assim como 6,9 dos com mais de 55 anos e 13,8% dos que têm entre 18 e 34 anos. Do grupo intermédio, 7,3% não sabem ainda se vão ou não votar, 10,6% dos com mais de 55 anos também não sabem e 13,6% dos entre 18 e 34 tão-pouco se decidiram ainda.

Os que votaram em 1976 vão repetir o acto eleitoral em 1979 nas seguintes proporções: 79% dos entre 35 e 54 anos, 78,6% dos com mais de 55 anos e 48,2% dos entre 18 e 34 anos. Só estão dispostos a não votar este ano, 0,6% dos entre 18 e 34 anos, 2,3% dos com mais de 55 anos e 3,1% dos entre 34 e 54 anos.

Quanto aos que não votaram em 1976, temos 21% dos entre 18 e 34 anos que vão votar em 1979, 4% dos entre 35 e 54 anos e 0,7 por cento dos com mais de 55 anos, que se dizem todos dispostos a votar em 1979. Mas também 11,6% dos entre 18 e 34 anos, 4,3% dos com mais de 55 anos e 1% dos entre 35 e 54 anos revelaram a intenção de continuar a não votar em 1979. Finalmente, 7,6% dos mais jovens, 1% dos mais idosos e 0,4% do grupo etário intermédio afirmaram não saber ainda se iriam ou não votar em 1979, uma vez que não tinham tão-pouco votado em 1976.

## DIFERENÇA OU CONSTÂNCIA DE COMPORTAMENTO

Aos entrevistados foi perguntado se, em sua opinião, acreditavam que a maioria fosse votar no mesmo partido que votou em 1976. Em Beja só 22,7% responderam afirmativamente, na Guarda 17,9% em Leiria 23,1%, em Lisboa 24,8% e no Porto 29,4%.

A segunda pergunta desta série referia-se à opinião dos entrevistados quanto à tendência da maioria do eleitorado votar num partido diferente do que fez em 1976. Em Beja 35,3% disseram que sim, na Guarda 22%, em Leiria 44,4%, em Lisboa 39,8% e no Porto 30,2%.

Ainda nesta série, 31,9% dos entrevistados em Beja responderam não saber, 49,4% na Guarda, 23,7% em Leiria, 25,8% em Lisboa e 28% no Porto, o que revela sem dúvida ainda grande indecisão por parte de uma parte muito significativa do eleitorado.

Infringindo a lei — a qual proíbe a divulgação de resultados de sondagens à opinião pública sobre intenção de voto, no período compreendido entre a marcação de eleições e a sua efectivação — o diário socialista «Portugal Hoje», na sua edição de ontem, revela: «As sondagens que vieram a público na capital espanhola (...) não favorecem nenhuma das partes em disputa.»

Por estranho que pareça, esta clara infracção da lei está patente no primeiro parágrafo de uma extensa notícia daquele diário em que se acusa o «Correio da Manhã» de ter feito o que indiscutivelmente nunca fez: desrespeitar a lei em questão. A prosa canhestra vem, aliás, no seguimento de um mascarado comunicado do Partido Socialista, de que aquele diário é órgão oficial.

Decididos a não gastar com um ruído defunto, apenas acrescentaremos uma verdade incontroversa: o «Correio da Manhã» cumpriu a lei, não fornecendo aos seus leitores uma única indicação dos resultados da sondagem que, no seu pleníssimo direito, encomendou à Norma/Gallup. O diário socialista, pelo contrário, revela aquilo que a lei

sábado, 3 de Novembro de 1979 / Portugal HOJE

## Sondagem da «A» é tiro que se

Ao contrário do que a Imprensa afecta à «Aliança Democrática» tentou fazer crer na passada quarta-feira, as sondagens à opinião pública portuguesa, que vieram a público na capital espanhola, referentes à «intenção de voto» no nosso País «e não publicadas em Portugal porque a Lei Eleitoral em vigor o proíbe», não favorecem nenhuma das partes em disputa, sendo inconclusivas em termos electorais.

Sobre o conteúdo a orientação política do diário «Correio da Manhã» e «A Tarde» e do sara-

a ser mandado instaurar o correspondente processo ao órgão competente para tal, a Procuradoria-Geral da República.

A sondagem que se encerrou em causa foi encomendada Norma-Gallup por est. afectas à «Aliança Democrática» e difundida em Espanha pelo jornal madrileño «Cambio 16» do decorrido nos distritos de Boia, Porto, Beja, Guadiana.

Contactado pelo...

proíbe.

Aqui fica esta «chamada de atenção» à Comissão Nacional de Eleições, para que evite, enquanto é tempo, que se

instale a lei da selva na convivência democrática. Ao menos isso, já que não podemos evitar a proliferação de macacos.

## «Expresso». 27 OUT. Mais duas sondagens...

PARA ALÉM da sondagem referida por Mário Soares na sua conversa com Maria João Avillez publicada no último EXPRESSO, mais duas sondagens eleitorais, são notícia nos meios políticos portugueses.

A primeira dessas sondagens foi realizada por iniciativa da UCD espanhola, embora através de uma empresa portuguesa, com uma ampla amostra em todo o país e os seus resultados são já conhecidos desde há três ou quatro dias. A sondagem aborda designadamente questões como a maior ou menor tendência para o exercício do direito de voto e as opções manifestadas pelos inquiridos.

Por outro lado, consta que se encontra também praticamente pronta uma sondagem realizada em meia dúzia de distritos significativos do continente, pela conhecida empresa «Norma», destinada a publicação no jornal espanhol «Diário 16».

De acordo com a lei portuguesa, os resultados das sondagens não podem ser divulgados pelos órgãos de Comunicação social, a partir do momento da marcação oficial das eleições parlamentares.

Pelo que não serve de muito à GENTE conhecer os resultados destas sondagens, na medida em que não pode comunicá-los aos seus leitores. Mas o EXPRESSO promete desde já estudar a hipótese de se especializar em sondagens eleitorais, relativamente às próximas eleições espanholas...



## Tempo 31 OUT. 79



É TEIMOSO... — Marcello Rebelo de Sousa é conhecido como teimoso. Na última «Gente» do «Expresso» (onde continua a dar largas à sua verve), ignora outra vez que foi o «Tempo» o jornal que teve a iniciativa de comprar uma sondagem à Norma/Gallup que depois ofereceu a vários jornais portugueses e ao «Diário-16» de Madrid. Neste caso para publicação, Marcello sabe, perfeitamente, que isto é verdade, pois também o «Expresso» foi convidado pelo «Tempo» a comprar a sondagem, recusando a oferta.

Diz-se que o facto de Marcello não se referir à iniciativa do «Tempo» se deve a um arrependimento por não ter participado na aquisição da sondagem. Se é por isso, ainda vai ficar mais arrependido quando conhecer outras iniciativas do nosso jornal e a importância que a compra da sondagem teve para o prestígio do «Tempo». Mesmo quando se é teimoso não custa nada reconhecer uma derrota...

# QUEM MANIPULA AS SONDAGENS AO ELEITORADO PORTUGUÊS?

• A «Norma» e «Diário 16» fazem nova salada russa

*Inquérito às tendências dos eleitores portugueses revela-se com gritantes inexactidões e faz o jogo dos que procuram denegrir os partidos, favorecer a abstenção, menosprezar o significado das próximas eleições e baralhar os respectivos resultados.*

Fundação Cuidar o Futuro  
PÁGINA 3

## Resultados ao sabor de conveniências na sondagem publicada pelo «Diário 16»

Os numerosos manipuladores constantes do quadro sobre os resultados de uma sondagem, relativos às intenções de voto dos portugueses nas próximas eleições, publicado no matutino matritense "Diário 16", merecem ampla divulgação, a fim de que todos possam verificar com os seus próprios olhos os (dis)honestos métodos utilizados por algumas empresas do sector, neste caso a "Norma", a quem foi encomendado tal trabalho, nomeadamente pelo semanário português "Tem-po". Os disparates publicados são de tal ordem que constituem para avulso a hipótese de que não se trata apenas de inexactidão profissional mas também de inportunas "gratias" il-pogáficas, o que seria um ponto a favor da "Norma". Mas os numerosos detalhes, com um tanto sentido, também originam uma interrogação: a quem aproveitam o "crime"? E a respeito é bem clara: a todos quantos nestes últimos tempos se têm empenhado em denegrir os partidos, favorecer a abstenção, menosprezar o significado das próximas eleições e baralhar os respectivos resultados.

A "Norma" não está presticiada desta sondagem, antes pelo contrário, e as razões que dela se possam retirar surgem na sequência de outras, relacionadas com casos passados, demonstrativas do "pseudocismo" da empresa, do vanguardismo dos seus administradores, entre os quais se conta o actual presidente da Comissão Administrativa da Rádio-Áudio Portuguesa, eng. Amílcar Martins, cujo perfil tem sido suficientemente traçado pela imprensa democrática.

O impulso de reproduzir o quadro de resultados da sondagem publicado pelo "Diário 16" apenas é referido pela legislação eleitoral portuguesa, a qual proíbe divulgações deste tipo, desde o anúncio da abertura da data das eleições. A este propósito não podemos deixar de recordar o que passa pela Europa Ocidental, pelas paízes democráticas, onde não existe qualquer restrição à realização de inquéritos de preferências eleitorais nem a sua divulgação. Assistimos agora de novo, no triste espectáculo dos por-

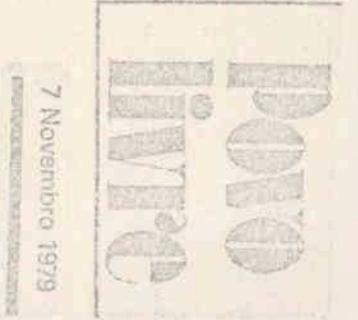
tuçeses que se debatem, cientes à escuta, sobre os seus aparelhos de rádio, tentando através da emissão oficial espanhola, da BBC, saber o que aqui dentro lhe happens, como nos mais velhos tempos, ou, também como nunca ahura, procurando obter, através de um amigo, o exemplar do jornal onde a sondagem vem publicada ou a respectiva fotocópia. O direito à informação é um dos direitos dos portugueses, que como alguns outros lhe está a ser negado.

Mas sem infringir a lei, não deixaremos de citar pontos que corroboram indistintamente quanto atrás debravamos dito, demonstrando a falta de credibilidade do trabalho inserido nas colunas do referido matutino espanhol. Num erro de proporcões monstruosas, o quadro insere, como ponto de referência no que diz respeito à cidade da Guarda (e ser! nemas cidade, conselho ou distrito?) a percentagem de 40% de votos para a APV, nas eleições de 1976, indicando-se, em nota colocada abaixo, que, em 1976, o PCP e o MDP/CDE concorreram em separado e que, para permitir a comparação que é feita, foram somados os votos obtidos tanto por cada um dos dois partidos que agora constituem a Aliança Povo Unido.

Out, o que aconteceu nas eleições de 1976, na Guarda, é substancialmente diferente do indicado pelo "Diário 16", dato que o MDP/CDE não concorreu naquela cidade, mas apenas o PCP. Este partido obteve, no Concelho, apenas 3,65% dos votos, e, no distrito, uns insignificantes 2,9%; a enorme distância, portanto, dos 40% inseridos. Mas será isto apenas uma "gratia" voltamos a perguntar. A diferença entre os números é tão clara que dificilmente alimenta tal interpretação.

Contudo, ainda há muito mais o assombro dos assombros, as perices na mesma cidade, para as eleições deste ano, apresentam uma percentagem a favor da APV que multiplica por muitas unidades os votos obtidos pelo MCP em 1976.

Apenas uma pequena amostra do resultado de um trabalho que foi anunciado com tanto aparato. E por aqui se poderá avaliar o



## Socialistas não admitem instrumentalização da UGT

A tendência socialista no seio da União Geral de Trabalhadores (UGT) deve tornar pública, dentro de dias, uma clara tomada de posição face às próximas eleições intercalares — revelou a «Portugal Hoje» Vitor Hugo Sequeira, secretário nacional daquela organização.

A atitude dos socialistas deve-se, fundamentalmente, ao facto de ser notório o aproveitamento que a «Aliança Democrática» vem fazendo da actuação de certos militantes do PSD dirigentes da União. «Urge contrabalançar essa actuação», disse Vitor Hugo Sequeira, adiantando que «a tendência sindical socialista não pode ficar indiferente, não pode continuar passiva».

Assinale-se, entretanto, que o acordo sobre a paridade, suscrito pelas tendências socialista e social-democrata, não deve ser renovado, apesar de os elementos do PSD o pretendem.

Face ao aproveitamento da A.D.

## Socialistas da UGT não continuarão passivos

Elementos da tendência socialista da UGT mostram-se profundamente preocupados com o aproveitamento que formações políticas da área da «Aliança Democrática» estão a fazer da actuação (controversa) de certos militantes do PSD dirigentes da União. Daí que, «para contrabalançar», deva surgir, dentro de dias, uma tomada de posição pública dos socialistas face às próximas eleições intercalares.

Em declarações prestadas a «Portugal Hoje», Vitor Hugo Sequeira, secretário nacional da UGT, afirmou que, tendo em conta o que está a acontecer, «a tendência sindical socialista não pode ficar indiferente, não pode continuar passiva».

Refira-se, por muito significativo que, enquanto os socialistas que exercem cargos directivos na UGT se recusaram a aceitar a candidatura pelo PS às próximas eleições legislativas, sindicalistas militantes do PSD surgem em posições destacadas, como, por exemplo, Miguel Pacheco, que é o número dois da lista do seu partido pelo círculo de Setúbal.

De notar, entretanto, que o acordo entre as tendências socialista e social-democrata, sobre o número de dirigentes de cada uma delas (neste momento

verifica-se a paridade), não deve ser renovado. De facto, os socialistas mostram-se muito renitentes em ceder a esse desejo, várias vezes manifestado (ainda que não oficialmente) pelos sindicalistas do PSD.

Segundo Vitor Hugo Sequeira, as questões do acordo sobre a paridade e a (polémica) actuação de alguns militantes do PSD não são suficientes para impedir o entendimento que, quanto ao essencial, se regista no seio da UGT.

Assinale-se que a União Geral de Trabalhadores comemora hoje o seu primeiro aniversário. De facto, foi no dia 29 de Outubro de 1978 que 49 organizações sindicais constituíram, no Cinema Lumiar, em Lisboa, a UGT. Na altura, foi referido que a União resultava de um «acordo tácito» entre correntes sindicais socialista e social-democrata. Mas foi no Porto, no primeiro Congresso realizado em Janeiro deste ano, que se decidiram as principais linhas de orientação e objectivos da UGT.

Actualmente, a União integra cerca de 83 organizações sindicais e tem grande influência em vários sectores de actividade, nomeadamente no Bancário, nos Escritórios e na Pesca.

## Torres Couto tenta desmentir o indesmentível

José Manuel Torres Couto, secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), afirmou ao semanário «Tempo»:

«É de lamentar que sejamos confrontados constantemente com pseudo-crisis só existentes na mente de certas pessoas — e, nesse grupo, incluo alguns jornalistas — interessados em desestabilizar. Agora, chegou a vez de subir à ribalta o meu colega e amigo Vitor Hugo Sequeira, por causa de um artigo que o «Portugal Hoje» publicou, na primeira página da sua edição da passada segunda-feira, atribuindo-lhe declarações que, a confirmarem-se, seriam altamente gravosas e preocupantes para o futuro da UGT. Felizmente que o Vitor Hugo já me disse ter havido enorme exploração e distorção das afirmações que fez, por parte do redactor do mencionado artigo, atribuindo-as ele a problemas de comunicação».

As declarações acima transcritas merecem-nos as seguintes considerações:

1. José Manuel Torres Couto pôs em causa (com ou sem intenção) a honestidade profissional de um jornalista, e, por resultado, o rigor da informação deste jornal. Lamentamo-lo e repudiamos, com veemência, frases como «jornalistas interessados em desestabilizar»; «declarações que, a confirmarem-se»; «enorme exploração e distorção das afirmações que fez, por parte do redactor».

### O PS E A UGT

— Que posição tem o PS relativamente à UGT, face à criação da AD e à sua consequente prática política?

— «Eu gostaria que as questões e as divisões de ordem política não interferissem nas questões de tipo sindical. Os sindicatos são independentes, embora tenham que defender os trabalhadores e não possam abstrair dos interesses, globalmente considerados, dos trabalhadores, logo tenham também de ter posições com reflexos de tipo político».

2. A dignidade de um jornal como «Portugal Hoje» não de estar acima de estratégias do momento, quer concorde ou não com elas. Por isso não estamos a nossa indignação, ainda que o façamos com sobriedade.

3. A precipitação (chamamos-lhe assim) e as palavras injustas de Torres Couto são tanto mais graves quanto ele sabe que o texto relativo às declarações produzidas por Vitor Hugo Sequeira, publicado na nossa edição da passada segunda-feira, foi previamente lido pelo próprio Vitor Hugo Sequeira, que com ele concordou. Idem, em relação ao texto publicado ontem sobre o mesmo assunto.

## «Situação na UGT» analisada pela ASDI

A Comissão de Trabalho da Associação Social Democrata Independente (ASDI) reuniu-se ontem à noite para debater a conjuntura sindical, tendo — segundo um dos participantes contactado pelo «Portugal Hoje» — analisado igualmente «a situação na UGT».

O referido elemento adiantou-nos ser possível que «nos próximos dias seja tornada pública uma posição dos trabalhadores sociais-democratas independentes não só em relação à situação sindical, mas, ao mesmo tempo, relativamente à situação política em geral».

Refira-se que na ASDI militam actualmente alguns dos mais prestigiosos sindicalistas que, até há escassos meses, pertenciam ao PSD, nomeadamente Francisco Oliveira (UGT), Joaquim Heino (UGT), Hugo Pereira (UGT), Roque Martins, José Manuel Pereira, Carlos Fonseca, Martins Matias e Mendes da Fonseca.



Mário Soares ao "Com. Porto" 4 NOV.

«A UGT é fundamental para a perda da hegemonia do Partido Comunista no mundo sindical. Essa perda da hegemonia sindical comunista é condição do funcionamento estável duma democracia pluralista em Portugal. Tenho sido e sou um estremo defensor da UGT. Reconheço que a UGT, neste momento, atravessa uma fase difícil em virtude de alguns dos seus dirigentes estarem integrados no bloco de direita por força da evolução para a direita do PSD. Mas é indispensável que, com todo o cuidado, se evitem divisões entre os sindicalistas e que a UGT se possa preservar como uma força decisiva do futuro, que é e será, na sociedade portuguesa».

Jovem oficial magoado com ambiente castrense

# “A tropa já não se orgulha das suas tradições e pergaminhos”

31 OUTUBRO 1975 O DIA

Na última reunião do Conselho da Revolução — como de costume laticamente definida como de análise da situação político-militar — foram analisadas nove propostas de promoção a oficiais generais, tendo “O DIA” apurado as deliberações dos conselheiros a esse respeito. Num momento de certo desequilíbrio na instituição militar — e será escusado haver os habituais desmentidos de ocasião, que, eles sim, vêm chamar ainda mais a atenção para um problema real — resultam portanto as omissões, em detrimento das promoções sancionadas. É o caso da promoção de brigadeiro a general recusada a Marques Pinto e Riscado, e só aprovada quanto ao brigadeiro Canelhas, oficial da NATO de indiscutível prestígio nas Forças Armadas.

Em relação ao primeiro oficial, Marques Pinto, o preterimento já se dá pela segunda vez, o que causou indesmentível mau-estar dada a carreira deste militar. Inclusive, é actualmente o director da Academia Militar, cargo fundamental do “xadrez” de rees-

truturação em curso, pelo que pior se compreende ainda a recusa do CR em consagrar a promoção de Marques Pinto. A decisão assume mesmo foros de escândalo e aguardam-se os seus reflexos na instituição, em geral, e na Arma de Infantaria a que o oficial-general pertence, em particular.

No que diz respeito aos coronéis, cuja promoção a brigadeiros se propunha, da lista de seis apresentada apenas um foi recusado pelos conselheiros: o coronel Oliveira, de Transmissões. Os outros oficiais eram os coronéis Seródio, 2.º Comandante da PSP (Infantaria), Passos (também de Infantaria), Almeida e Brito (Cavalaria), Coelho (Administração Militar) e Estorinho (Ensenharia).

## “MAIS ALTO” INCOMODA

Por outro lado, sintomas ineludíveis do desequilíbrio referido nas Forças Armadas são as tomadas de posição energias de militares nos seus próprios órgãos de informação, como a revista da Força Aérea “Mais Alto”. Na Presidência da República não são bem recebidas as opiniões frontais assim expressas, certamente consideradas desestabilizadoras. Em tal apreciação inclui-se, por exemplo, um artigo do general piloto-aviador Brochado de Miranda, vice-CEMFA (artigo a que já fizemos desenvolvida referência) constando até em certos meios que feriam sido recebidas ordens para retirar de circulação, discretamente, os exemplares do último número da pu-

blicação que ainda existiam nas unidades.

Aliás, nesse mesmo número referente aos meses de Setembro/Outubro, publica-se um outro artigo do tenente piloto-aviador Brandão Ferreira sobre as “Forças Armadas — Instituição ou emprego?”, que também terá sido mal recebido nos círculos militares identificados com a reestruturação das FA, função assegurada a certa altura pelo tenente-coronel Loureiro dos Santos, actual ministro da Defesa. Pronunciando-se sobre o candente problema proposto, o tenente Brandão Ferreira interroga mesmo no final do seu texto se a forma como se está a proceder à reestruturação das Forças Armadas não “transformarão assim a instituição militar num emprego”. Num mau emprego — acrescenta aduzindo: “É urgente decidirmos se é isso que queremos”.

Todo o seu artigo é dedicado à escarpelização da dicotomia entre as duas formas de encarar a carreira militar, tema escolhido, diz o articulista, “por o considerar absolutamente pertinente, tanto mais que sinto estarmos a ser ultrapassados por ele sem nos darmos conta disso”. Assim, definindo os termos em questão, Brandão Ferreira escreve que “por emprego se pode tomar uma ocupação, função ou cargo remunerado, e por instituição uma entidade com um conjunto de regras e normas estabelecidas para a satisfação dos interesses colectivos”.

Portanto, para este oficial da Força Aérea, “a profissão militar exige uma dedicação e

motivação especiais” e “por isso as Forças Armadas não podem deixar de ser uma instituição, e muito menos passar a ser um emprego como outro qualquer”. Referindo-se depois à evolução nos países da Europa Ocidental, onde o fenómeno se tem verificado, Brandão Ferreira lembra que em Portugal está a acontecer o mesmo, “com a agravante de termos partido de uma situação de ruptura (25 de Abril e seguintes) em que, portanto, as coisas aconteceram compulsivamente”.

Dá depois alguns exemplos da situação que se está a atingir, como o facto de as unidades militares se estarem a tornar em repartições públicas, os quadros estarem a aburguesar-se, a maioria das cerimónias militares não se realizarem com o mínimo de dignidade que deve ser seu timbre: “A tropa perdeu todo o panache, não se orgulha das suas tradições (ignora-as) e pergaminhos”. Para a desmoralização subsequente, Brandão Ferreira afirma que não se pode resolver o problema com simples aumentos, única terapia usada até agora, defendendo o ideal que deve presidir à escolha da carreira das armas. Ainda por cima, refere, “acontece em Portugal que os militares de uma maneira geral estão mal vistos pela população”. Concluindo o seu raciocínio, Brandão Ferreira entende que “para que qualquer modificação resulte e seja aceite, tem de haver dentro da instituição um ambiente onde prevaleça o exemplo, a justiça e a coerência”.



# Desigualdade entre os acusados do 11 de Março e do 25 de Novembro

Luis Pinheiro de Almeida

Diversos jornais relataram esta semana o recurso interposto por Costa Martins sobre as injustiças de que se considera vítima esquecendo, todavia, a situação de dezenas de outros oficiais das Forças Armadas que se viram envolvidos nos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

Volvidos quatro anos sobre aquela data, é tempo de fazer um balanço à ação da hierarquia militar vencedora. E os seus resultados não abonam a justiça castrense, pese as responsabilidades na crise política de 1975 que muitos vêem nos que se sentem agora prejudicados.

Por outro lado, casos há em que são os próprios «vencedores» do 25 de Novembro, homens do 25 de Abril que nele tiveram intervenção importante, que têm sofrido discriminações, de uma ou outra ordem. São disso exemplo o capitão Salgueiro Maia, afastado da Escola Prática de Cavalaria, o capitão Mário Pinto, afastado dos para-quedistas e punido nos Açores um tanto insolitamente, o capitão Lopes Nunes, também ex-pára, o tenente-coronel aviador Anselmo, afastado da Base das Lajes onde teria sido considerado «persona non grata» e o capitão Carlos Clemente.

Desde o despacho do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, sobre o controverso Relatório das Seviças, foram passados compulsivamente ao Quadro do Complemento (sem vencimento, pensão ou qualquer outra regalia e com perda da qualidade de oficial) oito oficiais e um sargento. De entre os primeiros destacam-se os nomes de Varela Gomes (regressado recentemente a Portugal depois de um exílio de 4 anos em Angola e Moçambique), Mascarenhas Pessoa (que comandou a força ocupante da Base Aérea de Tanco), Pereira Pinto (antigo conselheiro da Revolução) e Costa Martins (que em 25 de Abril tomou o Aeroporto de Lisboa, foi ministro do Trabalho, e esteve preso em Angola). Outros nomes são os capitães Carvalheira e Martins Jorge (ambos da Base Aérea de Monte Real), Matos Serra, Durand Clemente (actualmente na Guiné-Bissau) e o sargento-ajudante Miranda (Base Aérea de Monte Real).

A reserva compulsiva foram passados onze oficiais: tenente-coronel Billestein Sequeira, majores Otelo Saraiva de Carvalho e Afonso Dias e capitão Cabral e Silva (todos do Exército), comandante Xavier e primeiro-tenente Rodrigues Soares (ambos da Marinha) e tenente-coronel Sobral Bastos e capitães Jorge Alves, Moreira da Luz, Santos Silva e Nuno Ferreira (todos da Força Aérea).

Apenas um oficial — o capitão Sobral Costa (FAP) — foi mandado passar à reforma compulsiva. Dezenas de outros oficiais encontram-se suspensos e outros aguardam, sem prejuízo da sua carreira militar, a decisão sobre os seus processos.

Apesar da amnistia de Dezembro de 1975, a hierarquia militar — em vésperas de nova amnistia, desta vez decretada pela Assembleia da República — submeteu ao Decreto-Lei n.º 203/78 de 24 de Julho do Conselho da Revolução que estabelece que «a apreciação da capacidade profissional ou moral de militares pelos Conselhos Superiores de Disciplina (...) não é prejudicada pela extinção do procedimento disciplinar ou criminal, excepto no caso de morte».

A constitucionalidade deste diploma encontra-se em apreciação na Comissão Constitucional, a solicitação do Presidente da Assembleia da República, não tendo porém aquele órgão técnico-jurídico do CR um prazo para emitir parecer. Sobre aquele diploma, escreveu Vital Moreira na passada terça-feira no «Diário de Notícias» que se trata de um documento que, pelo menos aparentemente, infringe flagrantemente alguns dos mais estritos direitos fundamentais dos cidadãos.

Enquanto os constitucionalistas discutem a validade do diploma, uma directiva do chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso, manda que os Conselhos Superiores de Disciplina prossigam a sua apreciação sobre as qualidades profissionais e morais dos militares cujos processos lhes foram e estão a ser submetidos.

Os militares que se sentem agora atingidos têm feito notar a diferença de tratamento dos seus casos em relação aos dos envolvidos nos acontecimentos do 11 de Março.

Assim, invocam que oficiais do 11 de Março que não optaram pela vida civil ou que não passaram à reserva por motivos de saúde (major Neto Portugal) já se encontram colocados, como por exemplo, o tenente-coronel Mensurado (era major e comandava as tropas para que cercassem o Ralis), os majores Mira Godinho e Zuquete da Fonseca (pilotos dos aviões que metralharam o Ralis), o major Garoupa (que prendeu o comandante da GNR e posteriormente se refugiou na embaixada da RFA) e o major aviador Martins Rodrigues.

O problema da desigualdade de tratamento terá chegado a ser afluído pelo tenente-coronel Costa Neves numa reunião do CR em Maio de 1978, sublinhando que, só após a resolução do problema destes militares (os do 25 de Novembro), a equidade entre as situações jurídicas dos presumíveis implicados no 11 de Março e 25 de Novembro se tornará, enfim, uma realidade.

Ahás, o CR, no mesmo dia que decidiu a inconstitucionalidade do Decreto-Lei n.º 147/75 que expulsava das Forças Armadas os militares envolvidos no 11 de Março, acordou na necessidade do estudo da melhor forma de reintegrar os militares do 25 de Novembro, infortunados, segundo estes últimos, ter sido o seu julgamento.

Entretanto, parte dos processos do 25 de Novembro instruídos pela PIM já se encontra há mais de um ano na Região Militar de Lisboa a aguardar despacho do respectivo comandante. Daqueles, segundo as fontes de «O Jornal», há mais de 50 que a PIM propôs para arquivo, sem que tal se tivesse ainda concretizado, em prejuízo dos militares abrangidos.

## 32 oficiais do Exército no CSD

No Exército, onde mais se fez sentir os efeitos do 25 de Novembro, o então chefe do Estado-Maior, general Rocha Vieira, enviou ao Conselho Superior de Disciplina (CSD), uma lista de 60 oficiais, mas após órgãos de comunicação social terem referido desfavoravelmente o facto, aquele número baixou para 32. As acusações são baseadas nos acontecimentos do 25 de Novembro (14), no «Manifesto dos 18» (10) e no Relatório das Seviças (8).

Em todo o caso, parece ter havido ausência de qualquer critério definido em relação aos oficiais abrangidos, pois existem casos de militares com processo no CSD e na PIM (Otelo, Campos Andrade, Tomé), só no CSD (majores Albuquerque e Fonseca), só na PIM (tenente-coronel Arnão Metelo, major Barão da Cunha), suspensos em casa, embora sem processo (major Cirne, capitães Graça e Cúbrita), não sus-

pensos, embora com processo (majores Leal de Almeida e Borrega, capitão Dias Costa) e processo no CSD embora com processo arquivado ou para arquivar na PIM (major Eurico Corvacho, capitão Gameiro).

Dos 32 oficiais, quatro foram já julgados e passados compulsivamente à reserva: Billestein Sequeira, Otelo Saraiva de Carvalho, Afonso Dias e Cabral e Silva.

Dezasseis encontram-se na situação de suspensos: tenente-coronel Artur Baptista (que foi chefe do Estado-Maior do COPCON), major Queirós de Azevedo (antigo segundo-comandante da EPAM), major Eurico Corvacho (ex-comandante da RMN), majores Campos Andrade e Tomé (PM) e Albuquerque e capitães Gameiro, Belo, Dinis de Almeida (que foi segundo-comandante do Ralis), Rosado Luz (que comandou o Forte de Almeida), Andrade da Silva (EPA), Cuco Rosa (PM), Matos Gomes (dos comandos), Lameirinhas, Marques dos Santos e Miranda. Os quatro últimos foram já submetidos ao CSD, mas aguardam ainda decisão, dois deles há cinco meses.

Os restantes doze (embora com processos no CSD) encontram-se a prestar serviço: tenente-coronel Pedroso Gonçalves (que comandou a EPAM), majores Carneiro, Delgado Fonseca, Borrega, Leal de Almeida (que comandou o Ralis), Sardinha e capitães Dias Costa, Carvalhão, Rodrigues, Mendonça Luz e Pulguinhas e o tenente Rodrigues. Os cinco últimos já foram submetidos ao CSD.

Para além dos processos, das suspensões e do não exercício de funções, existem ainda situações de iminência de passagem à reserva, sem promoção ao posto imediato, em virtude das preterições. Estão neste caso os tenente-coronéis Carlos Fábilo (que foi chefe do EME), Fomão, Sacramento Marques, Artur Baptista e Blasco Gonçalves (todos de Infantaria) e Martins Rodrigues (Cavalaria), os majores Vinício Sousa, Alves Pereira e Espada de Sousa (Infantaria), Queiroz Azevedo (SAM) e Borrega (Artilharia), os capitães Novo, Carvalho Torres e Goulão (todos de Infantaria), Motá e Félix Morais (Cavalaria), o tenente Rodrigues (Cavalaria) e o alferes Rolo Duarte (Cavalaria).

O tenente-coronel Galhardo (Infantaria), que esteve em 1975 como presidente da C.A. da RTP, atingiu o limite de idade, depois de ter sido preterido em 1976 e 1977, pelo que passou à situação de «reserva activa», desconhecendo-se o resultado do recurso entretanto interposto há mais de dois anos. O nome do tenente-coronel Galhardo chegou a ser incluído em 1978 na lista publicada na Ordem do Exército para promoção, mas logo que abriu uma vaga, o seu nome foi retirado e alterada a lista do Conselho da Arma de Infantaria.

## Caso Rosa Coutinho não frutificou

Na Marinha, a situação é diferente. O primeiro oficial a ser submetido ao CSD foi o almirante Rosa Coutinho, a seu pedido, que foi absolvido, tendo posteriormente o então chefe do EMA, Souto Cruz, despachado em contrário. Interposto recurso ao STM, este, baseado na amnistia de 1975, deu razão a Rosa Coutinho que foi integrada nas Forças Armadas, embora sem funções.

O caso Rosa Coutinho provocou na altura a demissão não aceite de Souto Cruz e a demissão, aceite, do presidente do STM, substituído pelo general Galvão de Figueiredo, entretanto vindo dos Açores onde era Ministro da República.

O precedente de Rosa Coutinho não colheu e na Marinha foram já passados compulsivamente à reserva, contra a opinião do CSD, o comandante Xavier e o primeiro-tenente Rodrigues Soares.

Neste ramo das Forças Armadas, as medidas mais polémicas dizem respeito à passagem das chamadas «credenciais Natos», atribuídas apenas aos oficiais de confiança política da actual hierarquia. Como caso concreto apresenta-se o do primeiro-tenente Neves de Almeida, preterido num curso na Escola de Comunicações, apesar de ter sido o chefe do Serviço de Informações e Operações da fragata «Roberto Ivens».

Também na Marinha se tem posto o problema das preterições em promoções: estão neste caso o primeiro-tenente Simão Teles e Ferreira da Silva (que passarão à reserva se os recursos por si apresentados ao STM não forem julgados procedentes).

## «Processos paralelos» na Força Aérea

Os processos na Força Aérea só se iniciaram após a publicação do Decreto-Lei 203/78 e até ao momento cinco oficiais foram mandados passar à reserva compulsiva (tenente-coronel Sobral Bastos e capitães Jorge Alves, Moreira da Luz, Santos Silva e Nuno Ferreira) e um à reforma compulsiva (capitão Sobral Costa).

Este ano, segundo as fontes de «O Jornal», a FAP terá iniciado um processo de averiguações que teria merecido a prioridade de «urgente» e que se destina à organização de processos a enviar ao CSD. Os militares atingidos alegam a ilegalidade desta decisão da FAP, argumentando que ela é contrária à Resolução de 3/12/75 do CR que atribui à PJM competência exclusiva quanto ao tratamento dos acontecimentos do 25 de Novembro.

Quanto às promoções, e segundo as mesmas fontes, oficiais como os tenente-coronéis Vitalobos Filipe, Lynce, Anselmo, Campos Moura, Barata e os capitães Roriz Pereira, Freire da Silva, Marques e Oliveira terão sido preteridos.

# Uma carta de Sousa e Castro

Para publicação ao abrigo da Lei de Imprensa, recebemos do conselheiro da Revolução Rodrigo de Sousa e Castro a seguinte carta:

«Sob o título «Lei da Amnistia: preocupação militar» refere o jornal de V. Exa. a minha visita aos presos do PRP, enquadrando tal pretensão acto num artigo

de análise político-militar. Para além de ser completamente falso o facto apontado, isto é, a minha visita aos presos do PRP, tenho como norma de conduta assumir perante todos os presos (fascistas ou democratas), de delito comum ou injustamente privados do liberdade por razões políticas, a mesma atitude de diálogo e tolerância que em circunstâncias bem adversas para mim, assumi em relação a milhares de presos da ex-policia politica, pertencente ao que o jornal de V. Exa. costuma chamar «anterior regime». Significa isto que, se a minha visita aos presos do PRP (homens e mulheres) pudesse de algum modo minorar-lhes o sofrimento e contribuir para a sua libertação de forma justa, fá-lo-ia sem hesitações».

A carta do conselheiro Sousa e Castro suscita-nos, para além do agradecimento pela correcção do lapso de informação constante no artigo em causa, um breve comentário. Tem este a ver com o

tom, despropositadamente nervoso, das suas palavras. Sinceramente, não vemos razão para tal tom, como aliás e não vemos para as considerações que Sousa e Castro entendeu por bem acrescentar ao desmentido. Que se saiba, não foram postos em causa os seus sentimentos humanitários.

Quanto à expressão «anterior regime», de que Sousa e Castro parece não gostar, perguntar-lhe-emos se é ou não um facto que o regime oposto em 25 de Abril é «anterior» ao que passou a vigorar após essa data. Querera o conselheiro que se diga que é o mesmo? Acreditamos que não.

25. Outubro. 1979

«TEMPO»

por DINAH ALHANDRA

Assim, para o Conselheiro da Revolução Vitor Alves não parece nada mal que órgãos de soberania façam e digam coisas à sua capa, em «reuniões restritas» — nas costas do povo, portanto. Com o que ele se ofende deveras é que depois alguém venha cá fora dar com a língua nos dentes e logo um desses jornalistas subdesenvolvidos e reaccionários se apresse a publicar a noticia. Saberá o revolucionário conselheiro que, em Democracia e à excepção de assuntos que afectem a segurança interna e externa do País, bem como a sua independência, tudo o que fazem e dizem os órgãos de soberania, sejam eles quais forem, deve ser limpo e transparente e, conseqüentemente, acessível a todos os cidadãos?

Numa estranha consonância de pontos de vista, também o dr. João Gomes, director do «Portugal Hoje» se insurge contra a noticia, aparecida no «Expresso», de ter feito «censura» no seu jornal. Não pela censura em si (ao lê-lo até se poderá pensar ser-lhe habitual o manejar do lápis azul), mas pela fuga de informações que teria estado na origem da noticia!

## Fundação Cuidar o Futuro



QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1979 A CAPITAL

# VITOR ALVES VAI PROCESSAR JORNAIS

O tenente-coronel Vitor Alves vai proceder judicialmente contra os jornais que noticiaram ter aquele conselheiro tentado ceder a um emanário, uma fotografia de Sá Carneiro com Ramiro Moreira. Vitor Alves afirmou à Anop que «independentemente da veracidade dos factos que estão na origem da campanha de calúnias contra Sá Carneiro, não é verdade que tivesse fornecido quaisquer fotos a órgão de comunicação social.»

«É de lamentar — acrescentou — que num país onde existe liberdade de imprensa se permita, através de noticias falsas envolver pessoas e instituições em processos com objectivos políticos bem determinados.»

Os referidos jornais haviam noticiado que Vitor Alves, em 1978, tinha falado na existência de fotografia ao director de um semanário, referindo-lhe que podia enviar arranjà-la para ser publicada.

## Sindicato dos Jornalistas comenta caso Sousa Tavares

O Sindicato dos Jornalistas afirmou em comunicado ontom

distribuído, que não vê quaisquer motivos para por reservas ao afastamento de Sousa Tavares do cargo de director de «A Capital». Segundo o S.J., o director deste vespertino, que é também cabeça de lista da Aliança Democrática pelo distrito de Évora, ultrapassou frequentemente nos seus editoriais os limites da serenidade e dos princípios constitucionais.

«Os editoriais de Sousa Tavares — diz ainda o comunicado — fizeram por vezes a defesa de posições próprias de grupos a que se encontrava ou encontra ligado, em termos desrespeitosos para as leis fundamentais e para as instituições do País.»

«Nos termos da lei — acrescenta o S.J. — o conselho de administração da E.P.N.C. (Empresa Pública Noticias/Capital),

que deve actuar com independência face ao Governo e aos partidos políticos, é soberano para tomar uma decisão que só a si lhe compete.»

Referindo-se também ao «Diário Popular», cuja situação o encara também com «preocupação», o S.J. afirma que a actual direcção daquele vespertino «pratica uma guerrilha editorial, através da qual veicula as posições pessoais do seu director um completa inobservância do pluralismo ideológico que deve presidir a um jornal nacionalizado.»

Entretanto, a comissão de trabalhadores da agência noticiosa nacional, Anop, vai ser hoje recebida, a seu pedido, no Ministério da Comunicação Social e no Trabalho.

Estes encontros estão relacionados com as parcelações parciais de trabalho, que têm vindo a ser efectuadas naquela agência, decretadas pelos sindicatos maioritários ali representados, com vista a pressionar a aplicação de uma tabela salarial que havia sido aprovada pela administração.

O JORNAL  
26 OUT. 79

# O poder militar

Pondo termo ao conturbado período de escarros quinze anos que se seguiu à instauração da República, as forças armadas impuseram em 1926 uma ditadura militar ao Povo português. Assim terminavam a desordem e a demagogia geradas pelos que, dominando os partidos e invocando a democracia em vez da prestação de um serviço ao Povo português, só produziram afinal miséria interna e desprestígio externo. Chamado a conduzir os negócios públicos, um homem de génio, que se era patriota tinha o defeito de ser autoritário, a breve trecho dominava as forças armadas que transformou em instrumento dócil ou conformado do seu poder pessoal. Era o início de um período de quase meio século em que a vontade do Povo português foi bombardeada com apelos à ordem, à moral e à justiça, que se destinavam sobretudo a anestesiar a sua vontade e a embotar a sua consciência. Com os resultados que estão à vista. Porque o sistema, se proporcionou a ordem que agrada sempre aos que sofrem a anarquia, nunca chamou o Povo à consciência das responsabilidades cívicas.



Defendendo intransigentemente os interesses do País face aos apetites do exterior, mas tudo sacrificando internamente à continuidade do poder pessoal, esse homem, sem embargo do inegável desenvolvimento conseguido no domínio económico, e sem se atentar em que a perda da independência política era então o perigo mais grave que nos ameaçava, manteve o Povo na menoridade cultural e política que era condição indispensável à continuidade do despotismo intelectual que exercia, e que sendo esclarecido em termos de detenção do poder, havia de criar as condições próprias ao caos social e económico em que víamos a mergulhar com o golpe de Abril, e em que ficamos atolados não

sabemos ainda por quanto tempo.

Convém, no entanto, sublinhar que a ditadura que tivemos só foi possível graças da colaboração activa ou passiva dos militares influentes. Os primeiros, por convicção patriótica ou por interesse, consoante se lhes proporcionava a possibilidade de participar na realização de grandes objectivos nacionais ou nas benesses que ao seu fervor patriótico e à sua ética não repugnavam. Os segundos, por impreparação cívica ou pela necessidade de fazerem da carreira militar um modo de vida como outro qualquer — seguro e fácil.

Entendamo-nos. Se o regime autoritário que se seguiu à ditadura militar que durou até à entrada em vigor da

Constituição de 1933 foi possível, isso deveu-se apenas ao facto de as forças armadas o terem permitido. Porque nenhuma ditadura pode existir sem a força.

Por outro lado, os militares que hoje temos no poder legal, mas inconstitucional e antidemocrático, e que fizeram o golpe de Abril depois de haverem sustentado o regime nascido com o 28 de Maio, e as guerras de África que vieram a apolidar de injustas, declararam vir libertar o Povo português. Em todo o caso, sabido o que é a força militar e para o que ela serviu durante o regime abolido, as forças armadas ape-

por PEREIRA MONTEIRO

O que estaria certo, já que as forças armadas não podem ter outra vontade que não seja a do Povo que lhes cabe servir, e que lhes paga. O maior orgulho das forças armadas democráticas é o serviço institucional do Povo, que é a sua razão de ser e o seu fiel de dignidade.

Desta maneira, as forças armadas, superando os erros cometidos e o conúbio com o regime que derubaram, declaravam querer redimir-se e si próprias, e juravam que daí para diante queriam submeter-se ao poder soberano do Povo, cuja vontade seria expressa pelo voto universal e secreto. Era isto mesmo que se dizia no programa do Movimento das Forças Armadas que foi dado a conhecer no dia 25 de Abril de 1974.

Convém desde já ter presente que o que tem vindo a acontecer sob a égide do Movimento das Forças Armadas não corresponde ao sentido do dever dos militares que tem si próprio e que se chamou o processo, a descolonização exemplar e a libertação do Povo português, e que apenas constituiu as vias de captura antidemocrática do poder, nada tem a ver com a missão de serviço nacional que é o apanágio da esmagadora maioria dos componentes, profissionais ou não, da instituição militar.

O regime derrubado pode ter cometido inúmeros erros e atentados aos interesses nacionais e à dignidade do Povo português. Contudo, conjuntamente com isso, prosseguiu actividades cuja legitimidade era indiscutível. Essas actividades seriam apenas instrumentais em relação à conservação do poder? Não se vai agora tentar encontrar uma resposta. Mas desde já se põe a questão de saber o que, para além dos erros, levou tantos revolucionários militares a servir esse regime e a jurar-lhe fidelidade, e a participar nas guerras do Ultramar. E, até, a fazer parte das organizações políticas que davam consistência ideológica ao regime.

Isto quer dizer que por detrás da exortação do regime se encontra algo mais do que a *redenção* patriótica de uns tantos que, chegados ao poder com uma facilidade que não previam, dele não querem sair. Ainda que tenham de faltar a todas as juras e promessas que oram a sua profissão de fé na missão de serviço nacional que invocavam.

Não se vai, aqui, analisar os motivos que adulteraram as promessas feitas. Essa via conduziria à valoração de muitos eventos e condutas em termos de ingenuidade, estupidez e traição. O certo é que os militares que capturaram o poder — menos até por engenho próprio do que por mandato circunstancial em que na maior parte dos casos foi usada inadequadamente a sua incapacidade de compreender o fenómeno complexo que é o Estado e o valor transcendente que é a Pátria — faltaram às mais solenes promessas feitas perante o Povo que diziam ir libertar e servir.

Tudo indica que, para fugir a responsabilidades que exigiam elevado espírito de sacrifício, os que beneficiaram da captura do poder pelo golpe de Abril resolveram o problema da má consciência invocando para a guerra que faziam o estigma da injustiça. E como do outro lado se encontravam ideologias e interesses que naturalmente os apoiavam, com elas trataram de se identificar para de seguida serem levados a servi-los. Desse modo se fez a entrega do Ultramar e se perdeu a independência nacional, que só por orgulho despropositado invocamos, e se julgou limpar a face.

Depois, tudo tinha de deixar de ser democrático para passar a ser *revolucionário*. Mesmo porque o revolucionarismo coloca sempre o poder nas mãos dos que detêm as armas. E proporciona benefícios e vantagens que sabem bem.

Em consequência, daí para diante aos beneficiários deixa de importar que o poder seja ou não democrático. Ainda porque de democracia pouco podiam saber os que, sem convicção de serviço nacional, haviam colaborado com o poder autoritário, e sem qualquer legitimidade democrática, que era o poder derrubado.

Pois não é verdade que esses *revolucionários* — só esses e não os militares que honestamente, ainda que com erro eventual, têm servido o País — optaram por uma carreira militar para servir não só o País como o regime, e fizeram a guerra que depois vieram qualificar de injusta, quando o cumprimento do dever se tornou demasiado penoso?



Incapazes de serem militares de serviço nacional, e incompetentes para serem políticos, tornaram-se militares-políticos. Foi assim que impuseram, com a complacência amedrontada de um povo desarmado e a conveniência, se não a liderança, das ideologias dos beneficiários, um regime de domínio militar que culminou com a imposição de um órgão antidemocrático que tem sempre nas mãos o Presidente da República qualquer que ele seja. Antes disso haviam já feito os golpes que mudaram a face da sociedade portuguesa, violentando os valores que o regem. Os golpes de Setembro de 1974, Março de 1975 e o equívoco do 25 de Novembro, do qual saiu o 2o. Pacto imposto à vontade do Povo português — para não ir mais longe — culminaram com uma Constituição espúria em que o Conselho da Revolução — órgão antidemocrático que só a democracia original que temos podia conter — domina os verdadeiros órgãos da soberania democráticos que são expressão da vontade popular.

Na Constituição que aí está (artigo 3o.) depois de se afirmar que "a soberania é uma e indivisível", comete-se a incongruência lógica de a dividir entre o Povo (que na Constituição, por motivos que se compreendem aparece com p minúsculo) e o Movimento das Forças Armadas (que por motivos também de fácil entendimento aparece com maiúsculas). São os novos senhores que, recusando-se a ser mandatários do Povo, se transformaram em seus mandantes.

Óra, a emancipação do M.F.A. — o autonomizado Conselho da Revolução — tem, entre outras, as seguintes competências nitidamente inconstitucionais e antidemocráticas (que lhe são conferidas pelo artigo 145o, da Constituição original): "Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer a paz; autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou o estado de emergência; autorizar o Presidente da Repúbli-

ca a ausentar-se do território nacional". Tudo matérias que em qualquer país democrático, de expressão menor, são da exclusiva competência dos representantes eleitos pelo povo.

Mas o cúmulo atinge-se com a competência para "declarar a impossibilidade física permanente do Presidente", atendendo a que esta é uma incapacidade política. Quer isto dizer que o Presidente, eleito por milhões de pessoas, é prisioneiro de menos de uma dúzia de indivíduos, que agrediram a democracia e tomaram as rédeas formais do poder supremo. Se o Conselho da Revolução, os que o dominam, um dia acordar mal disposto demite o Presidente. Daqui que, com a lógica que decorrente, a Constituição também reconheça (no artigo 146o.) aos militares, sem outra legitimidade que não seja a da força das armas que tinham na altura para impor os seus critérios antidemocráticos, o direito de ter a úl-

tima palavra sobre a constitucionalidade das leis, e assim por diante.

O Primeiro-Ministro só pode ser nomeado com o seu benefício (artigo 147o.), e quanto aos assuntos militares cabe-lhe a competência exclusiva de "fazer leis e regulamentos sobre a organização, o funcionamento e a disciplina das Forças Armadas" (artigo 148o.), o que o torna senhor de um Estado que domina a sociedade civil. Em matéria de política externa, tem competência para "aprovar os tratados ou acordos internacionais que respeitem a assuntos militares" (artigo 148o.)

Como pode concluir-se — e o que se invoca não é tudo — a liberdade oferecida com o golpe de Abril constitui o acto de maior hipocrisia de entre os muitos de que o Povo português já foi vítima. A sombra das melodiosas expressões democráticas que por aí se têm visto e ouvido — e que os factos desmentam e todo o momento — condu-

ziu-se o Povo português ao maior engano da sua história. Na prática, Portugal não passa de um lugar onde imperam as regras de dominações típicas do terceiro-mundo, tão usas dos políticos subdesenvolvidos, onde também se faz apelo à democracia para sustentar a imagem de poderes profundamente antidemocráticos. E sempre militaristas.

O quadro é negro. Mas é sempre negro o quadro quando a instituição militar se transformou em poder militar — em poder político.

Não se esqueça nesta análise que as Forças Armadas não são o M.F.A. nem o Conselho da Revolução. Este facto é que tem preservado a democracia tutelada em que temos vivido. E é ela que nos permite ter esperança na democracia — que só é real quando as Forças Armadas não são o poder militar, mesmo formal, que agora são.

Os que fizeram a Constituição — e classes pouco fo-

ram os que a redigiram formalmente — sabem que o formalismo constitucional seria uma força poderosa na contenção dos militares democratas, ainda que a democracia não fosse o para-

digma constitucional. Assim surgiu o Conselho da Revolução, que sem representar qualquer espécie de vontade democrática tivemos de suportar até que nova Constituição seja redigida.



Fundação Cuidar o Futuro

## ACUSAÇÕES AO SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Tempo

31. Outubro. 1979

Está a circular nos meios militares um texto anónimo (os seus subscritores apenas se identificam como «um grupo de oficiais das armas e serviços») a afirmar que existem «indícios cada vez mais explícitos de gravíssimas irregularidades cometidas dentro do Serviço da Administração Militar, ao mesmo tempo que presumíveis responsáveis multiplicam manobras, «arranjos» e estranhas «movimentações» de pessoal que lhes permitam ocultar ou anular aqueles indícios ou outros elementos de prova».

Nesse texto, sobre o qual as autoridades militares não se pronunciam (uma fonte por nós contactada disse ignorar totalmente o problema levantado, enquanto outra admitiu que talvez houvesse «qualquer coisa», sendo possível a nomeação de uma comissão de inquérito), invoca-se um «descaminho de quantias naqueles serviços», ultrapassando «em muito um milhão de contos (cerca de 500 mil escudos na área do fardamento e outro tanto na dos combustíveis, nomeadamente gasolina)».

De acordo com a mesma «circular», algumas nomeações registadas ultimamente naquele Serviço não permitiram a «desmontagem da rede» acusada pelo «grupo de oficiais» de «corrupção». Recorda-se que o tenente-coronel Moura foi por pouco tempo presidente do conselho administrativo da DSAM, sendo substituído pelo major Melo Rodrigues, que se encontrava na reserva. Também o coronel Clemente teria sido destacado para efectuar uma inspecção. Os autores da «carta anónima» pedem a substituição de diversos oficiais, identificados no texto em causa.

O DIA 1 NOVEMBRO 1979

## Casanova Ferreira não será candidato

Indefinido o requerimento do coronel Casanova Ferreira para se apresentar como independente nas eleições autárquicas para presidente da Câmara Municipal de Abrantes, o referido oficial vê-se assim impedido de corresponder ao desejo de grande parte da população. Desejo que a Aliança Democrática iria satisfazer mediante a inclusão de Casanova Ferreira na sua lista por aquele círculo, ainda que sem qualquer compromisso partidário.

No entanto — e apesar de tanto quanto o nosso jornal apurou, aquele militar acritar a decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército — é flagrante a diferença de tratamento em relação ao major Tomé que se apresenta como candidato pela UDP.

Alegando-se a diferença de situações (Casanova Ferreira pretendia ficar em comissão militar especial para não depender de nenhuma outra força que não fosse a instituição a que pertence, e Tomé está de licença ilimitada) justifica-se a decisão.

Simplemente, a ser observado rigorosamente o preceituado, e de acordo também com interpretações produzidas sobre tal matéria, o major Tomé deveria ter passado à reserva pois segundo a Lei Eleitoral não pode ser elegível para a Assembleia da República enquanto no serviço activo, o que é o caso da licença ilimitada, considerada uma das situações do serviço activo. Mal se compreende desta forma como é que aquele oficial é apresentado como candidato já às próximas eleições legislativas.